

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA (UNILAB)**

JOSÉ EDINARDO BEZERRA MENDES

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CONVÍVIO COM A SECA NO MUNICÍPIO DE
ITAPIÚNA**

REDENÇÃO

2015

JOSÉ EDINARDO BEZERRA MENDES

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CONVÍVIO COM A SECA NO MUNICÍPIO DE
ITAPIÚNA**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, tipo monografia com estudo de caso, trabalho este apresentado como requisito obrigatório do Curso de Gestão Pública Municipal da turma 2014.2 da UNILAB, cuja finalidade é identificar as principais políticas públicas que foram e estão sendo executadas no município de Itapiúna, visando um entendimento mais amplo de convivência com a escassez de água no sertão do semiárido de Itapiúna.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Alexandre Cunha Costa

TUTOR: Prof. Cleyton Oliveira da Silva

REDENÇÃO

2015

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catálogo na fonte

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

- S347p Mendes, José Edinardo Bezerra.
Qualificação do núcleo gestor das escolas públicas municipais do Tabapuá em Caucaia.
/ José Edinardo Bezerra Mendes. – Redenção, 2015.
91 f.; 30 cm.
Monografia do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.
Orientador: Prof. Dr. Alexandre Cunha Costa.
Inclui figuras e referências.
1. Gestão pública - Brasil. I. Título.

CDD 354

JOSÉ EDINARDO BEZERRA MENDES

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CONVÍVIO COM A SECA NO MUNICÍPIO DE
ITAPIÚNA**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC tipo monografia apresentado e aprovado em ___ de _____ de _____ às _____ hs _____ minutos na cidade de _____ com o objetivo de obter uma demonstração de execução de Políticas Públicas já executadas e em execução no município de Itapiúna. TCC/monografia submetido à banca examinadora vinculada a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB junto a Coordenação de Educação a Distância – EaD.

Trabalho aprovado em: ___ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

ASSINATURA DO COMPONENTE

NOME DO COMPONENTE: _____
TITULAÇÃO DO COMPONENTE: _____
INSTITUIÇÃO: _____

ASSINATURA DO COMPONENTE

NOME DO COMPONENTE: _____
TITULAÇÃO DO COMPONENTE: _____
INSTITUIÇÃO: _____

ASSINATURA DO COMPONENTE

NOME DO COMPONENTE: _____
TITULAÇÃO DO COMPONENTE: _____
INSTITUIÇÃO: _____

REDENÇÃO

2015

JOSÉ EDINARDO BEZERRA MENDES

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CONVÍVIO COM A SECA NO MUNICÍPIO DE
ITAPIÚNA**

DEDICATÓRIA:

Dedico este TCC a todos os Coordenadores, Professores e Tutores que trabalharam e se empenharam no melhor para o desenvolvimento do Curso de Gestão Pública Municipal da UNILAB referente a turma 2014.2 que estiveram comigo ao longo desse período de estudos.

REDENÇÃO

2015

JOSÉ EDINARDO BEZERRA MENDES

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CONVÍVIO COM A SECA NO MUNICÍPIO DE
ITAPIÚNA**

AGRADECIMENTOS:

Agradeço primeiramente a Deus, a Nosso Senhor Jesus Cristo e ao Divino Espírito Santo por estarem sempre presentes na minha vida e nesse curso não foi diferente, e segundo a minha amada esposa Aninha que acima de tudo é minha eterna amada e companheira e sempre me apoiou nos meus estudos e este ano foi concebida pela graça de Jesus Cristo a dar a luz a nosso filho Calebe.

Tive a ideia de fazer este trabalho, porque toda a história de sustentação de vida de minha família vem da agricultura, avós, pais e eu mesmo até aos meus 20 anos de idade trabalhamos na roça, convivendo e conhecendo efeitos da seca e sabendo o que é passar a conviver sem água, não poderia de maneira alguma deixar essa oportunidade passar, por isso que realizei esse TCC, e a importância desse tema está na própria essencialidade de minha razão por ter realizado tal feito.

Por isso que sou grato a Deus por ter mim dado força de ter conseguido trabalhar esse trabalho, mesmo com tanta dificuldade, mas para um filho e neto e bisneto e tataraneto de agricultores vítimas da seca, é uma honra inconfundível.

REDENÇÃO

2015

JOSÉ EDINARDO BEZERRA MENDES

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CONVÍVIO COM A SECA NO MUNICÍPIO DE
ITAPIÚNA**

EPIGRAFE:

Mas falamos a sabedoria de Deus, oculta em mistério, a qual Deus ordenou antes dos séculos para nossa glória;

A qual nenhum dos príncipes deste mundo conheceu; porque, se a conhecesse, nunca crucificariam ao Senhor da glória.

Bíblia Sagrada

1 Coríntios, 2:7-8

REDENÇÃO

2015

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CONVÍVIO COM A SECA NO MUNICÍPIO DE ITAPIÚNA

RESUMO – O objetivo geral deste trabalho é identificar e avaliar a eficácia das principais políticas públicas executadas e em execução no município de Itapiúna para o convívio com a secas. Para tanto, uma série de entrevistas foi realizada junto aos órgãos responsáveis pelo gerenciamento dessas políticas públicas e junto aos usuários e associações assistidas por essas políticas. Seis políticas públicas desenvolvidas e em desenvolvimento foram identificadas como principais, destacando-se a gestão das águas dos Açudes Castro e Curupati e o programa Água Para Todos, que são políticas duradoras e permanecem durante vários anos seguidos de seca. Enquanto o Programa Garantia Safra e a Operação Carro Pipa podem ser assumidas mais como políticas pontuais de caráter emergencial. As políticas são executadas por diferentes atores municipais, estaduais e federais, entretanto, sem uma estratégia conjunta de gestão no município, escala em que as políticas são executadas. Concluiu-se que a gestão das águas do Açude Castro seguido do Açude Curupati é a medida mais relevante para o convívio com as secas no município de Itapiúna. Além disso, é necessário inovação no gerenciamento público ao nível municipal, onde se priorize a pesquisa do uso de tecnologias em ações no convívio com a seca.

Palavras-chaves: Itapiúna; Políticas Públicas; Seca; Água.

PUBLIC POLICIES FOR MANAGING DROUGHT IN THE ITAPIUNA MUNICIPALITY

ABSTRACT - The aim of this study is to identify and to assess the effectiveness of implemented and running major public policies for managing drought in the Itapiúna municipality in the State of Ceará. A series of interviews was conducted with public agencies, governmental bodies, non-governmental institutions and users assisted by these policies. Six developed and developing public policies were identified as the main measures for managing droughts, especially the management of the waters of Castro and Curupati Dams and the program Water for All, which are permanent policies, acting for following dry years. On the other hand, the program Harvest Guarantee and Pipa Car Operation can be assumed as isolated measures in a context of emergency policies. The policies have been implemented by different local, state and federal actors without a joint strategy at the municipal level, the scale in which policies are managed. It was concluded that the management of Castro dam waters followed by the Curupati dam is the most relevant measure for managing droughts in the municipality of Itapiúna. Moreover, innovation is necessary in the public management at the municipal level, prioritizing research on new technologies to manage droughts.

Keywords: Itapiúna; Public policy; Drought; Water.

SUMÁRIO

1. Introdução	11
2. Objetivo Geral.....	13
2.1 Objetivos Específicos.....	13
3. Caracterização da Área de Estudo.....	13
4. Referencial Teórico.....	19
4.1 As Políticas Públicas e suas Essências	19
4.2 O Convívio com a Seca no Contexto de Políticas Públicas.....	21
4.3 A Efetividade de Políticas Públicas no Âmbito do Convívio com os Efeitos da Seca	22
5. Metodologia.....	23
5.1 Fontes de Informação.....	23
5.2 A Estratégia de Aquisição de Informações.....	24
5.3 Avaliações dos Dados Obtidos.....	25
6. Resultados e Discussões	26
6.1 Caracterização das Políticas Públicas	28
6.1.1 O Açude Castro.....	28
6.1.2 Açude Curupati	34
6.1.3 Programa Água Para Todos.....	37
6.1.4 Poços Profundos.....	40
6.1.5 Cisternas de Placas e Cisternas de Polietileno.....	43
6.1.6 Sistema de Abastecimento de Água.....	45
6.1.7 Programa Garantia Safra.....	46
6.1.8 Projeto São José.....	47
6.1.9 Operação Carro Pipa.....	48

6.2 Análise Comparativo das Políticas Públicas Identificadas	50
7. Conclusão	52
Referências	53
Apêndice	58
Anexos	72

1 INTRODUÇÃO:

Existem no Brasil diversos problemas sociais dos mais complexos possíveis, sendo que segundo VILLA (2001) há registro histórico da existência do fenômeno da seca desde o ano de 1552. Este fenômeno atinge principalmente com mais vigor a região nordeste brasileira, esse fenômeno interliga o nordeste e diretamente atinge aos estados nordestinos e suas respectivas cidades.

A seca é causada pela escassez de chuvas e pode proporcionar diretamente vários problemas sociais: a fome, a pobreza e a miséria. No Brasil, segundo VILLA (2001), há registro histórico da existência do fenômeno da seca desde 1552, que atinge com mais vigor a região semiárida do nordeste brasileiro, também chamado de polígono das secas (Figuras 01 e 02). De acordo com Oliveira (2009, p. 22), o semiárido brasileiro é uma região fortemente embasada em terrenos cristalinos e naturalmente insuficiente na distribuição e na regularidade dos índices pluviométricos, que costumam serem inferiores a 800 mm anuais e se concentram em períodos úmidos durante sete a quatro meses.

O polígono das secas está legalizado através da Lei Federal nº. 175 de 07/01/1936, do Decreto-Lei nº 9.857 de 13/09/1946, do Decreto-Lei nº 63.778 de 11/11/1968 e da Lei 7.827 de 27 de setembro de 1989, art. 5º. Inciso VI. O polígono envolve oito dos nove estados do nordeste brasileiro, excluindo o Maranhão, e uma parte de Minas Gerais (Figuras 01 e 02), (SOARES, 2013 p. 76).

Figura 01
Brasil com destaque para área do polígono da seca



Fonte: www.brasilecola.com

Figura 02
Estados que compõem o polígono da seca



Fonte: www.google.com.br

Apesar da região nordestina ao longo da última década ter avançado social e economicamente com a implantação de novas indústrias, a exploração do setor turístico e a implementação de programas sociais, ainda existem fortes impactos no Ceará com a escassez de água nos períodos com chuvas abaixo da média, principalmente com a seca de 2012 até 2015.

Considerando-se algumas conceitualidades de seca, observa-se que seca segundo McKee et al 1995, não existe nenhuma definição válida para qualquer região, em qualquer

época e ainda adequada a toda atividade. Sansigolo (2004) citando Dracup et al. (1980), e Olapido, (1985) exemplifica quatro definições de seca baseadas em meteorológicas, hidrológicas, agrícolas e econômica: seca meteorológica e agrícolas, referem-se respectivamente, a níveis de rios e reservatórios abaixo do normal e a umidade do solo insuficiente para suprir a demanda das plantas; e a seca econômica, a qual ocorre quando o déficit de água induz a falta de bens e serviços(energia elétrica, alimentos etc) devido ao volume inadequado, a má distribuição das chuvas, ao aumento no consumo, ou ainda ao mau gerenciamento dos recursos hídricos.

Secas são percebidas de modo diferente em regiões com diferentes características climáticas, e com diferentes níveis de utilização de água, por constituírem situações extremas resultantes de inter-relações entre sistemas os sistemas naturais, sujeitos a flutuações climáticas, e os sistemas construídos pelo homem, com especificidades e vulnerabilidades próprias. Estes fatores contribuem para a dificuldade de uma definição rigorosa e universal de seca e conseqüentemente, de um modelo de abordagem para o seu estudo, conduzindo a várias definições de seca e conseqüentemente, diferentes metodologias de análise, vulgarmente distinguem-se secas climáticas, hidrológicas, agrícolas e urbanas.

(RODRIGUES et al. 1993)

Segundo Campos e Ticiania (2001, p.03):

O conceito de seca está intimamente relacionado ao ponto de vista do observador. Embora a causa primária das secas resida na insuficiência ou na irregularidade das precipitações pluviais, existe uma sequência de causas e efeitos na qual o efeito mais próximo de uma seca torna-se a causa de um outro efeito e esse efeito passa a ser denominado também durante o século passado.

Em tempos de secas, tem-se o movimento migratório de populações dos sertões para as sedes das grandes cidades nordestinas e dos próprios pequenos municípios, que gera o aumento de outros problemas sociais, que se tornam uma consequência da seca, esse movimento está ligado não somente à escassez de água, mas também a falta de alimentos.

O Governo Federal e os Governos Estaduais vêm tentando minimizar os efeitos das secas por meio da construção de uma infraestrutura hídrica baseada em pequenos e grandes reservatórios superficiais e canais. Recentemente, se empreendeu a transposição das águas do Rio São Francisco para o nordeste setentrional segundo o Ministério da Integração Nacional, a integração do Rio São Francisco com outras bacias hidrográficas da região é um projeto do Governo Federal que tem por objetivo a construção de dois canais, batizados como Norte e Leste, onde faz um total de 700 quilômetros de extensão para locomover as águas do Rio São

Francisco para as regiões mais atingidas com a seca. Essa obra pode também proporcionar emprego e renda agrícola para toda a região beneficiada com a transposição das águas.

Outros mecanismos que o governo tem criado é a abertura de créditos rurais com baixos juros e amortizações para os agricultores não deixarem seus campos de trabalho com aplicação de leis e programas que se reduzem as dívidas impedidas de serem quitadas devido aos prejuízos causados pela seca, como o Programa Garantia Safra.

O Estado do Ceará, especificamente, vem se destacando com medidas que já diminuíram muito os impactos das secas e aumentaram a resistência de várias populações rurais. O Projeto São José, por exemplo, que incentivou a criação do Programa supracitado Água Para Todos do Governo Federal, e o Projeto de Gestão das Águas do Estado do Ceará, que possibilitou a criação e a integração de inúmeros órgãos, tendo como foco a questão hídrica, como a Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH), Superintendência de Obras Hídricas (SOHIDRA), e a parceria com o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Ao nível do município de Itapiúna no Estado do Ceará, foco deste trabalho, percebe-se a aplicação das políticas públicas promovidas pelo Governo Federal, Estadual e Municipal de convívio com as secas. Entretanto, a eficácia, os ganhos, as dificuldades e as limitações dessas políticas que são desconhecidas ao nível municipal. Além disso, não há descrição de possíveis parcerias entre setor público e privado, a chamada parceria público privado – PPP.

2. OBJETIVO GERAL:

Identificar e avaliar a eficácia do conjunto das principais políticas públicas executadas e em execução no município de Itapiúna para o convívio com as secas.

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Descrever os tipos de políticas públicas aplicadas em Itapiúna;
2. Caracterizar as principais políticas públicas;
3. Propor ações para o aprimoramento das políticas públicas.

3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO:

Segundo o IBGE, Itapiúna é uma cidade situada na região administrativa nº 8, tendo como macrorregião de planejamento: Baturité (figura 6), mesorregião: o norte cearense e por

fim a microrregião: Baturité, localizada exatamente no maciço de Baturité ficando a uma distância de 110 quilômetros da capital cearense: Fortaleza. Este município teve sua trajetória histórica da seguinte maneira: à margem do Riacho Castro nasceu a povoação que deu surgimento ao município de Itapiúna, inicialmente denominou-se Castro, originando-se o topônimo de um grande fazendeiro residente nas cabeceiras do Riacho Castro, que logo também recebeu a partir de então o seu nome, dono que era de quase toda faixa de terra do núcleo. Itapiúna tem como um dos principais focos turísticos a Igreja Católica de Itans, que é a segunda mais antiga do Estado do Ceará (Figura 03), cuja mesma foi reinaugurada em 15/08/15 pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IFHAN.

Figura 03
Igreja Católica do Distrito de Itans



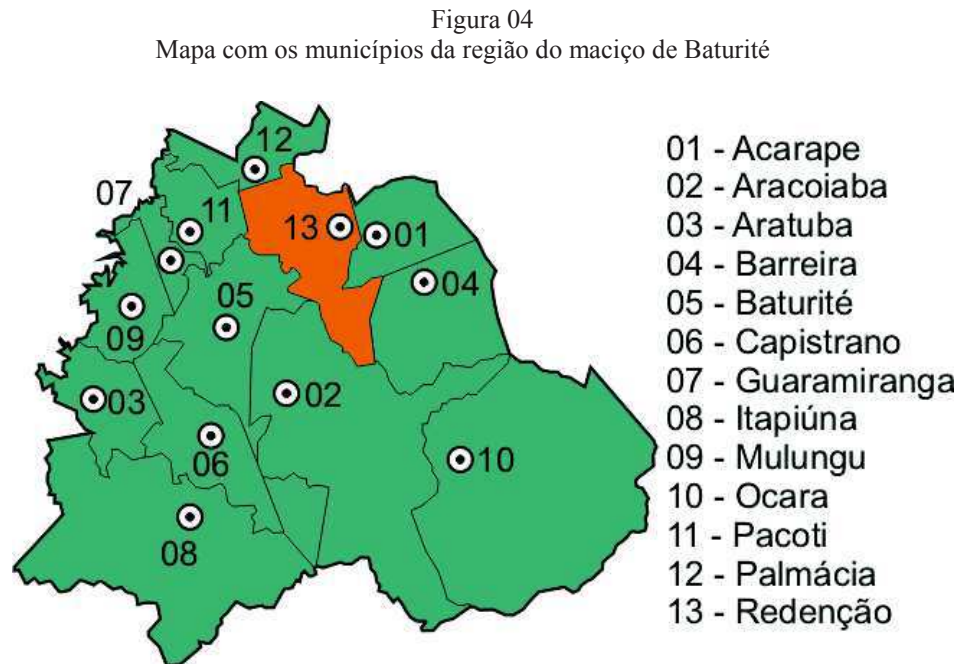
Fonte: Ex. Secretário de Cultura de Itapiúna: José Ademir Lima

Devido à passagem da estrada de ferro de Baturité, no idos de 1895, com a construção de uma pequena parada de trem, o povoado experimentou apreciável surto de progresso, o que determinou que posteriormente fosse distrito, pertencente ao município de Baturité.

Os holandeses que construíram a citada ferrovia, conseguiram mudar o nome do povoado para Itaúna aproximadamente em 1910. Itaúna significa Pedra-Preta na língua Tupi-Guarani. Posteriormente, considerado a existência de um município mineiro com idêntico topônimo, ficou oficializado a atual denominação de Itapiúna, que também tem igual significado Tupi-Guarani de Pedra-Preta.

Itapiúna possui o gentílico de itapiunense, sendo que sua formação administrativa registra-se com a criação do distrito de Castro, criado pelo Decreto Estadual nº. 08 de 10/03/1892, subordinado ao município de Baturité, já em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito no município de Baturité pelos Decretos nº 193 de 20/05/1931 e 1156 de 04/12/1933 o distrito Castro passou a se chamar de Itaúna. Em outra divisão administrativa no ano de 1933, o distrito já denominado de Itaúna figura no município de Baturité. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII, 1936 e 31-XII, 1937. Já pelo Decreto-lei estadual nº. 1114 de 30/12/1943 o distrito de Itaúna passou a denominar-se

Itapiúna, cuja cidade se encontra no maciço de Baturité região que o município integra com mais 12 cidades, (Figura 04).



Fonte: www.google.com.br

Sobre a divisão territorial datada de 1-VII-1950, o distrito de Itaúna no município de Baturité, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII, 1955. Elevando novamente a categoria de município com a denominação de Itapiúna, pela Lei Estadual nº3599 de 20/05/1957, desmembrando-se de Baturité, sendo que o novo município cearense passa a ser constituído de quatro distritos, sede de Itapiúna, Itans e Palmatória, ambos instalados em 23 de 06 de 1957, já o distrito de Caio Prado foi criado no ano de 1890.

Em divisão territorial datada de 1-VII,1960 o município é constituído de quatro distritos: Itapiúna/sede, Caio Prado, Itans e Palmatória, sendo a sede o seu maior centro comercial e de desenvolvimento urbano como recentemente a construção de novos bairros como o do Conjunto Nova Itapiúna (Figura 05). Sendo que pela Lei Estadual nº. 6960 de 19/12/1963 o município de Itapiúna e o distrito de Caio Prado, distrito de Itans, distrito de Palmatória. Já em divisão territorial de 31-XII,1963 o município é constituído de três distritos: Itapiúna, Itans e Palmatória, sendo que pela Lei Estadual nº 8339 de 14/12/1965 o município de Itapiúna adquiriu o extinto município de Caio Prado como simples distrito.

Sobre divisão territorial datada de 31-XII,1968 o município é constituído de 4 distritos: Itapiúna, Caio Prado, Itans e Palmatória, assim permanecendo em divisão territorial datada em 2005 até o presente momento.

Figura 05

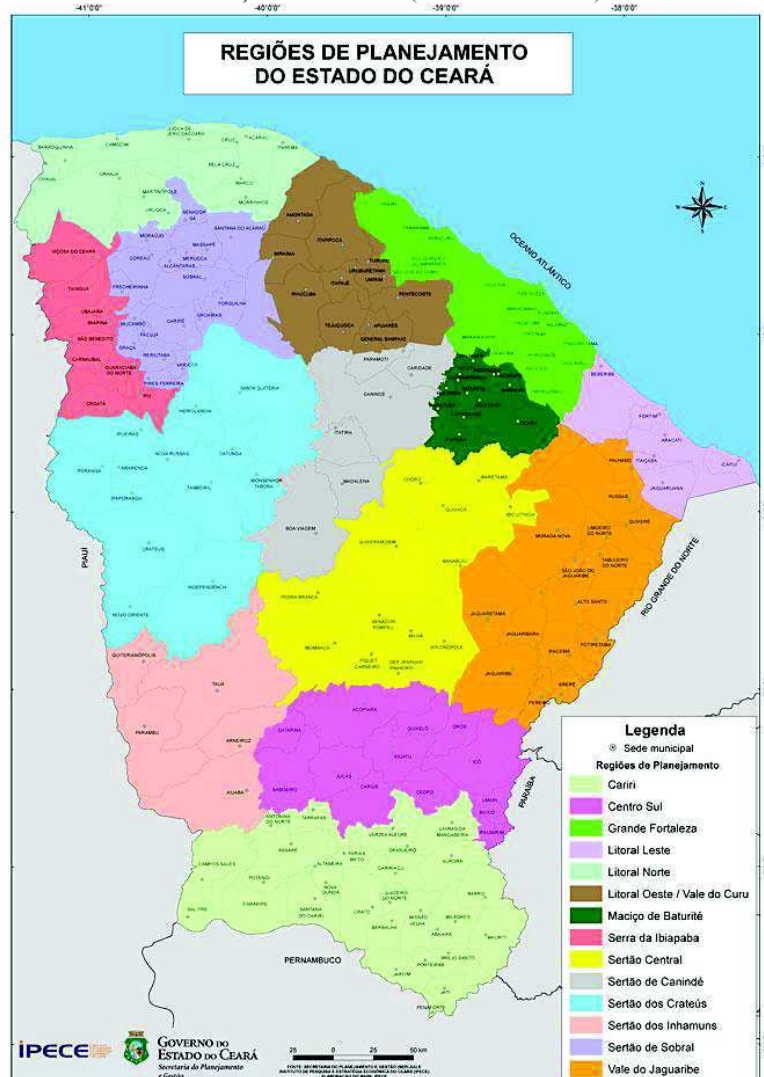
Itapiúna atual: Vista da decida do alto do Conjunto Nova Itapiúna, o bairro mais novo da cidade, indo para o sul em direção ao centro da cidade, com vista da Igreja Católica, no fundo: o serrote do Valdemar a esquerda, ao lado do serrote: o bairro Cosmo Santos também um bairro novo da cidade. Foto em 11/08/2015.



Fonte: Da pesquisa do próprio autor, foto tirada da maquina fotográfica, Marca Kodak, 14.1 mg.

Itapiúna está credenciado no código municipal junto ao IBGE sob número: 2306504, e seus distritos respectivamente sobre códigos: Caio Prado 230650410, Itans 230650415, Palmatória 230659420, situada numa posição geográfica fixada com latitude(S): 4° 33'52", longitude (WGr): 38°55'20", localização: Centro, norte: Capistrano e Aratuba, Sul: Choró e Quixadá, leste: Ibaretama, Baturité, Aracoiaba, Capistrano e Quixadá, Oeste: Canindé e Choró. Ficando a cidade com medidas territoriais relacionadas a uma área absoluta de 588,68km², e relativa a 0,40%, de seu território em referência a medidas territórios segundo o IPECE e numa altitude de 133,33m, e possui uma distância em linha reta a capital do Estado do Ceará em 104km, Itapiúna pertence a macrorregião do maciço de Baturité (Figuras 06).

Figura 06
Localização do município de Itapiúna, macrorregião do maciço de Baturité. (cor verde escuro)



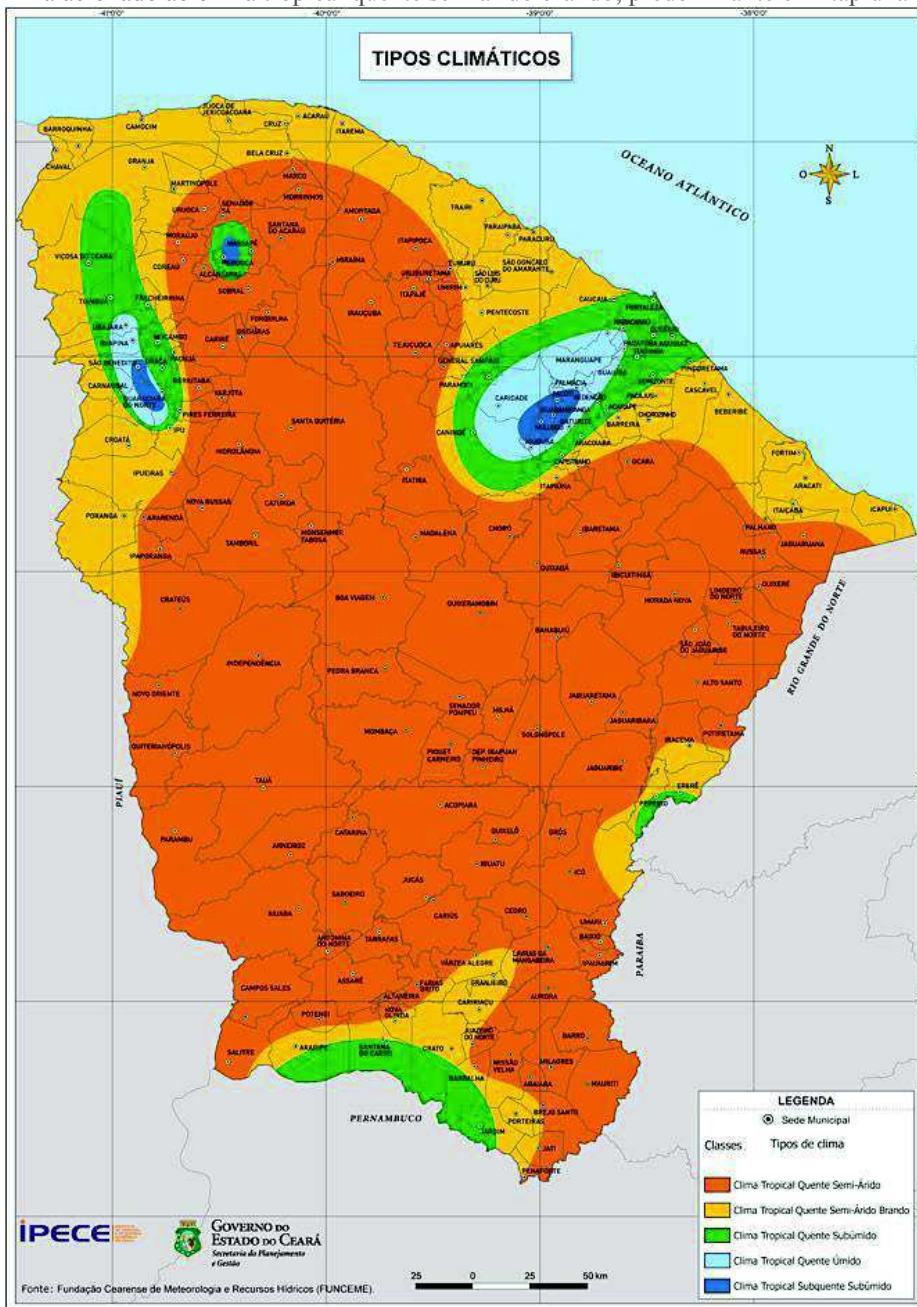
Fonte: www.ipece.gov.ce.br

A cidade de Itapiúna tem em suas características ambientais nos seguintes aspectos climáticos: clima tropical quente úmido, tropical quente sub-úmido, tropical quente semiárido brando (figura 7) e tropical quente semiárido, uma pluviosidade de 822,4mm, possui uma temperatura média em 26° a 28° com um período chuvoso entre os meses de janeiro a maio.

Segundo o IPCE e o IBGE no campo dos componentes ambientais Itapiúna se caracteriza na seguinte estrutura: possui um relevo com depressões sertanejas e maciços residuais, solos aluviais e solos litólicos, planossolo solódico e podzólico vermelho-amarelo, o município é possuidor de uma vegetação caatinga arbustiva densa e floresta subcaducifolia tropical fluvial, pertencente à bacia hidrográfica metropolitana, é uma cidade de pequeno porte com um IDH de 0,604, possui uma população em 2010(censo) de 18.626 habitantes e uma população estimada (2014) em 19.570 habitantes. Residentes na Zona Urbana: 8 819 e na Zona Rural: 9 807, totalizando: 18 626 pessoas residenciais. Segundo censo 2007 no setor

agropecuário Itapiúna possui como maior produção os leguminosos de feijão, com uma produção de 549 toneladas, milho com uma produção de 3856 toneladas. Na criação de Bovinos com 8424 cabeças em 791 unidades criadoras, avinos com 36 mil cabeças em 1398 unidades de criação, caprinos 4188 cabeças em 325 estabelecimento de criação, assinos 1172 cabeças em 769 locais de criação, equinos 808 cabeças em 509 unidades criadoras, ovinos 7 958 cabeças em 415 unidades criadoras e suínos 3458 cabeças em 731 estabelecimentos.

Figura 07
 Ralacionado ao clima tropical quente semiárido brando, predominante em Itapiúna



www.ipece.gov.ce.br

Conforme depoimento em Audiência Pública da Deputada Augusta Brito, PC do B/Ce. (figura 08), o município de Itapiúna tem em sua função econômica principal a agricultura de

subsistência, cuja função vem ao longo dos últimos anos sofrendo e tendo muitas percas devido à falta de chuvas, ficando a depender das viabilidades de políticas públicas no convívio com a seca, tendo a necessidade de conviver com essa realidade tão difícil nesses longos períodos de estiagem.

Figura 08:
Audiência Pública, 1., 2015, Itapiúna-Ce., Combate e Convivência com a Seca, salão paroquial, realização: Câmara Municipal de Vereadores.



Fonte: Da pesquisa do próprio autor, e foto em 13/04/2015

Itapiúna é um município cearense, que vem ao longo de sua existência como município emancipado politicamente há 58 anos, tem vivenciado longos períodos de secas, sendo que o Estado do Ceará no momento, 2015, enfrenta a pior seca desde 1950, com apenas 17% de acumulação nos reservatórios.

Dentro da cidade de Itapiúna ao longo dos tempos são visíveis muitas ações que visam a equilibrar os efeitos das secas e suas consequências no município com a finalidade de que o povo possa conviver com a seca. As seguintes ações podem ser observadas: a Operação Carro Pipa, construções de sistemas de abastecimentos de águas, implantação de cisternas, junto ao Programa Água Para Todos, Projeto São José, construções de açudes, dentre muitos outros segmentos de medidas que se pode avaliar com detalhes cada um e verificar se realmente os resultados são suficientes para agregar as necessidades da população.

4. REFERENCIAL TEÓRICO:

4.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS ESSÊNCIAS:

Observando-se a importância das políticas públicas no convívio com a seca em Itapiúna, pode-se deduzir que essas ações são essenciais para viabilizar as deficiências com a falta de água verificando-se a importância disso para a população, ou seja, se observa que as decisões e as formas das tais políticas pelos governantes são fundamentais para se alcançar os

objetivos das políticas, já que as políticas públicas se caracterizam por um aglomerado de medidas e ações em prol de melhor conviver com a seca. Segundo Nair et al. (2008, p. 5) (...) Políticas Públicas são um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade(...).

Dito de outra maneira, as políticas públicas são as totalidades de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interessante público. É claro que as ações que os dirigentes públicos, selecionam suas prioridades, são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade. Ou seja, o bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo e não pela sociedade. Isto ocorre porque a sociedade não consegue se expressar de forma integral. (NAIR et al., 2008, p. 5)

Pode-se observar que realmente os fatos colocados em questão acima citados estão junto à base desse trabalho, considerando-se que as políticas públicas é um conjunto de ações realizadas através de decisões dos governantes isso é viável pra qualquer situação, inclusive para a seca, sendo eles os precursores de oferecer o melhor para o povo.

As decisões de aplicação de políticas públicas podem e devem-se vincular muito bem a participação popular, pois somente os governantes escolhendo o que eles pensam que é o melhor para a sociedade pode ocorrer um efeito que não supra de fato as reais necessidades das vítimas das secas. Há muito tempo que as políticas públicas estiveram vinculadas restritamente às ações do Estado em grandes questões públicas como descrito por (apud SOUZA, 2006). Então, quando procuramos elaborar um orçamento participativo e buscar um planejamento estratégico mais adequado, podem-se encontrar as soluções mais viáveis pelos inúmeros problemas existentes, pois se verifica que o orçamento participativo e o planejamento estratégico podem vir a ser essencial para as perfeições das políticas públicas, por isso é bom que isso seja abrangido e tomado como finalidade no convívio com a seca.

A relevância do Orçamento Participativo como forma de democratização das políticas públicas no Brasil só poderá vi a se firmar se, de fato, for possível estendê-lo a outras regiões, implantá-lo via outras propostas partidárias ou, então, estender a sua abrangência territorial, pois o orçamento participativo é a experiência de participação local mais discutida no Brasil. (LEONARDO AVRITZER, 2011).

Segundo Castor, (2006)

O planejamento estratégico é um processo dinâmico e interativo para a determinação dos objetivos, estratégias e ações do município e da prefeitura. É elaborado por meio de diferentes e complementares técnicas administrativas com o total envolvimento dos atores sociais, ou seja, munícipes, gestores locais e demais interessados na cidade. É formalizado para articular políticas federais, estaduais e municipais visando produzir resultados no município e gerar qualidade de vida adequada aos seus munícipes. Trata-se de um projeto urbano global que considera os aspectos

sociais, econômicos e territoriais, uma forma participativa e contínua de pensar o município no presente e no futuro.

4.2 O CONVÍVIO COM A SECA NO CONTEXTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS:

Por muito tempo se discute a eficiência das políticas públicas contra a seca, sempre sendo um assunto polêmico e complexo, com diversas definições e incansável procura por respostas e soluções. Conviver com a seca não é coisa fácil e nesse trabalho é viável a colocação de itens que venham vincular-se a seus objetivos, no tocante ao planejamento dessas políticas, assim como o pensamento de democratizar essas ações priorizando a executividade das políticas públicas como capazes de minimizar os efeitos da estiagem.

Em função disto entende-se que as práticas políticas assistências e setoriais estão conforme a tipologia na visão de LOWI (apud SOUZA, 2006) como políticas públicas distributivas caracterizadas por serem direcionadas a determinado recorte da sociedade e do território.

Os governantes sempre tentam resolver os problemas causados pela seca buscando a certo modo até priorizar as ações a serem efetivadas principalmente nos casos emergenciais. O fato é que há anos se verifica muitas tentativas na elaboração de várias políticas públicas, mas sempre a seca vem e as problemáticas também, observa-se que os governos tomam medidas muitas das vezes sem planejamento e sem gerenciamento, e sim por força de impulso, por questão de emergência. Como se pode perceber nessa afirmação: A democratização em 1980 e 1990 favoreceu bastante a autonomia dessas organizações em relação a partidos, igrejas, políticos locais. SABOURIN, (2005). As práticas autoritárias e centralizadoras estão se abrindo a um processo mais democrático e nesse procedimento pode-se escolher qual seria a melhor política pública a ser aplicada em um determinado local ou região.

A perspectiva da convivência com o semiárido traz uma mudança fundamental em relação ao sujeito da ação. Se nas grandes obras de convívio com a seca o ator central era o Estado, por meio dos grandes empreendimentos com investimentos vultosos, nessa nova proposta o sujeito da convivência com semiárido deixa de ser o aparato governamental, e passa a serem os moradores daquela região. (THIAGO ASSIS, 2012 v.16, n.1, p.181)

Havendo um determinado entendimento ver-se dentro de nossa atualidade que vivenciar e conviver com a seca e seus efeitos, principalmente no município de Itapiúna, onde sem um planejamento adequado e prioritário fica inabilitado o sucesso nas ações de convívio com a seca, o passado pode ter sido de maneira centralizada, sendo que o presente pode fazer

as transformações que tanto se quer e pode. O processo histórico de desenvolvimento da porção semiárida brasileira é marcado por uma ação estatal autoritária. (THIAGO ASSIS, 2012 v.16, n.1, p.181).

4.3 A EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DO CONVÍVIO COM OS EFEITOS DA SECA:

Nos últimos anos, recursos significativos foram destinados às políticas públicas para o semiárido com o objetivo de melhorar a vida dos agricultores familiares e de incentivar o desenvolvimento rural de modo mais sustentável (ANGELA et al., p.13). No desenvolvimento de diversas soluções, segundo a EMBRAPA: (Empresa Brasileira de Pesquisas e Agropecuária) e a EMATER: (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural).

A EMBRAPA e a EMATER fizeram uma publicação de um material já em 1982, denominado: “Convivência do Homem com a Seca” que tinha como infraestrutura a captação e armazenamento de água para o consumo através de cisternas, poços etc, a ideia é averiguar os efeitos da seca e a capacidade humana de resistir e poder conviver com a estiagem, esse é um dos principais desafios da humanidade. A eficiência produtiva nas regiões suscetíveis a estiagens depende de uma série de medidas de monitoramento e mitigação dos efeitos negativos da seca.

Pode-se perceber que as ONGs, governos e demais instituições como DNOCS, SOHIDRA, Ministério da Integração Nacional dentre outros já estão por muito tempo preocupados com a falta de água, provocados pela seca, e é nesse foco que se frisa a importância de se reaver a direção das políticas públicas, priorizando principalmente seu processo de legitimidade, pois segundo Kingdom (apud VIANA, 1988) o processo de decisão sobre políticas públicas se dá em quatro momentos: a elaboração da agenda, a especificação de alternativas, a escolha de uma alternativa e a implementação da decisão. Então, um planejamento estratégico municipal dentro da aplicação desses quatro momentos de políticas, assim como o desenrolar de meios de democratizar o processo e esse TCC firma-se nisso: Para Andrade (2005) a prática do planejamento tem como objetivo corrigir distorções administrativas, alterar condições indesejáveis para a coletividade, remover empecilhos institucionais e assegurar a viabilização de objetivos e metas que se pretende alcançar.

Segundo Andrade, (2008, p. 5) A reforma do Estado preconiza a necessidade de novas formas de gerenciamento da coisa pública. O trabalho procura problematizar as interações entre Estado e Sociedade Civil no que tange a provisão de bens e serviços a partir da

descentralização de políticas públicas no Brasil Moderno. Segundo ANDRADE; ARMINDO, 2008, p. 5)

A descentralização é um dos pontos centrais da reforma do Estado e implica uma redefinição do papel estratégico do Governo Federal, para a prestação de serviços públicos se torne adquirida maior flexibilidade e proximidade da população, trazendo ainda uma promessa de democratização dos processos que envolvem a provisão de serviços públicos (ARRETCHE, 1996).

Então, acredita-se que o potencial nas mais variáveis formas de feitura de políticas públicas considerando o resultado positivo está fixado e vinculado ao eixo de tais políticas a serem firmadas junto ao excelente planejamento estratégico, assim como a renovação da administração pública deixando de ser fechada e centralizada para uma abertura de democratização e após esses dois tópicos se direcionar para priorizar as ações, as políticas públicas de como agir, fazer, avaliar e finalizar.

5. METODOLOGIA:

5.1 FONTES DE INFORMAÇÕES:

A pesquisa foi constituída de fontes primárias e também secundárias. No tocante da primeira situação, buscou-se dados oriundos das entrevistas dos mais inerentes órgãos e responsáveis de competência, (figura 09), dados como a situação do Açude Castro contido no Inventário Ambiental do respectivo Açude, dados da estrutura do Açude Curupati, incluso no relatório de engenharia do Açude Curupati que segue em anexo, dados relativos a toda estrutura dos Programas: Garantia Safra, Água Para Todos etc. Essas informações são pioneiras até a elaboração desse trabalho que não tinham sido trabalhados muito menos divulgados em um TCC.

Por outro segmento, a pesquisa foi realizada por fontes secundárias: assuntos referenciados em políticas públicas, semiárido, seca no nordeste, Ceará e em Itapiúna, através de livros, internet, artigos científicos, monografias diversas, teses, documentários, estudos particulares dos órgãos governamentais, jornais em meios eletrônicos etc, que conforme Andrade (2010) retrata aquilo que já foi estudado.

Figura 09
Relação dos entrevistados durante o processo de trabalho

ENTREVISTADOS			
Nº	NOMES	ÓRGÃOS	CARGOS
01	José Augusto	Assentamento da Associação do Curupati - Açude Curupati	Presidente
02	Fco. Elias Temóteo Martins	Associação Comunitária de Carnaubinha Caeira – ACCC	Presidente
03	Claudio Mauricio Gesteira Monteiro	COGERH - Bacia Metropolitana	Gerente
04	Claudemir Rangel dos Santos	10ª Região Militar – Operação Carro Pipa	Coordenador
05	Fco. Abelardo Camurça Cavalcante	SDA/CE. – Programa Água Para Todos	Coordenador
06	Fabricio Ximenes de Melo Veras	SDA/CE. – Projeto São José	Supervisor
07	José Ailton da Silveira	EMATERCE/CE. Programa Garantia Safra	Gerente
08	Claudionor Fernandes Filho	SDR/Itapiúna, Políticas Públicas aplicadas	Secretário
		Conselho Municipal de Desenvolvimento Social - CMDS	Presidente
09	Paulo Roberto Silva Santos	DNOCS – Poços Profundos, Açudes	Geólogo
10	Iara Mara Carlos Barros	Secretaria de Defesa do Meio Ambiente de Itapiúna	Secretária
11	Raul Fritz B. Teixeira	FUCEME/CE.	Supervisor

Fonte: Da pesquisa do Próprio Autor

5.2 A ESTRATÉGIA DE AQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES:

Para a obtenção de dados informativos foram feitos muitos levantamentos através de: inventário, documentários, artigos científicos nas diversas áreas de políticas públicas, sendo que essas fontes se encontram salvos em mídia cd rom, o intuito foi investigar e comparar análises informadas, buscando o melhor entendimento de como essas políticas públicas chegam até Itapiúna.

Fixou-se com prioridade máxima as entrevistas aos principais órgãos que fomentam e são responsáveis pela liberação de verbas, programas e manejo dos vários tipos de políticas públicas aplicadas em Itapiúna, instituições e órgãos como: DNOCS, SOHIDRA, SDA, COGERH, EMATERCE, Exército Brasileiro, Secretarias Municipais, como: SDR, Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SMMA, Associações Comunitárias. Assim também como

entrevistas com autoridades que contribuíram com a aquisição de importantes obras hídricas para Itapiúna.

O foco das entrevistas foi entender e encontrar a essência dessas políticas públicas, suas consequências, valores e resultados, já que esse trabalho é um trabalho pioneiro no assunto dando ênfase aos instrumentos trabalhados.

Fez-se uma serie de entrevistas com questionários focando o teor dos assuntos, todos devidamente assinados por cada entrevistado, gravações e fotos dos mesmos, cujas fotos tiradas da maquina fotográfica de marca KODAK 14.1m, uso de um computador PC, marca SANSUNG de cunho pessoal, material didático todo de uso próprio. Uso do transporte próprio veículo UNO Mille, ano 2011, PLACA 1665 com todas as despesas próprias, pois foi preciso se locomover várias vezes para a capital do Ceará para realizar as entrevistas, pois elas eram agendadas.

Também foi realizado consultas a Biblioteca da UNILAB, Campos da Liberdade em Redenção e feito uma vasta pesquisa online em visitas aos principais sites de órgãos governamentais como: Ministério da Integração, IBGE, IPECE, COGERH, SOHIDRA, FUCEME, DNOCS, Agência Nacional de Água - ANA, SDA dentre outros.

Visitas a entidades beneficiadas: Associações Comunitárias, também foram realizadas, no intuito de se ter uma noção dos efeitos dessas políticas públicas na vida desses usuários e observar a gravidade que é a seca e o convívio com a seca e as suas consequências de forma mais direta.

5.3 AVALIAÇÕES DOS DADOS OBTIDOS:

A avaliação foi feita dando ênfase para o sentido qualitativo, diferenciando do fator quantitativo, que não emprega um instrumento estatístico como base de análise de um problema (RICHARDSON, 1989).

Pode-se partir do principio de que a pesquisa qualitativa é aquela que trabalha predominantemente com dados qualitativos, isto é, a informação coletada pelo pesquisador não é expressa em números e as conclusões neles baseadas representam um papel menor na análise. (DALFOVO¹,ROGÉRIO²,AMÉLIA³,2008, v.2, n.4, p.01).

Depois que as entrevistas eram feitas, se fixava uma transição de informações dessas entrevistas com os dados obtidos das informações secundárias, para então, serem feitas

conclusões do que era factível e possível da política pública e posterior análise de acordo com os objetivos específicos e gerais deste trabalho.

O método de comparação em avaliação foi usado junto ao programa WORD do PC justamente porque tínhamos acesso às entrevistas dos principais órgãos que executaram e estão executando as principais políticas públicas em Itapiúna, contextualizando com as legislações em vigor, as diretrizes de cada programa e projeto e considerando o momento em que passa o país e o município, pode-se chegar a uma determinada conclusão.

Após a pesquisa e análise fez-se uma avaliação com a síntese dos programas e projetos em seus números de atendimento e seu impacto de benefícios, a ideia se fixa numa análise previa de entendimento da importância dos dados obtidos onde o fato e análise comparado são utilizados para a realização de inferência por meio da comparação efetiva de dados.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Seis eixos principais de políticas públicas, que se integram dentro da municipalidade de Itapiúna, foram identificados: Açude Castro, Açude Curupati, Programa Água Para Todos, Programa Garantia Safra, Projeto São Jose e Operação Carro Pipa. O Programa Água Para Todos está em fase de elaboração em alguns setores.

Este tópico vem retratar e trazer um fator de excelência dessa obra cujo objetivo geral é a identificação das políticas públicas implantadas e as que estão em processos de elaboração, com suas fundamentações, consequências, importâncias e pontos positivos e de observância ao nível do município de Itapiúna.

Contudo é de extrema necessidade em conjunto nesse trabalho se obter um conhecimento preciso das políticas públicas aplicadas em Itapiúna, do que está sendo feito, e da previsão futura atrelada aos resultados obtidos no sentido de se buscar a identificar as políticas publicas mais aperfeiçoadas para se poder conviver com a problematização causada pelas estiagens, principalmente a escassez de água nos sertões de Itapiúna e o que mais importa é como se deve chegar a este patamar de equilíbrio de informações e resultados de pesquisa. Por isso que se discute a falta de chuvas e as aplicabilidades correta das políticas públicas considerando-se em relação à verificação da situação da convivência, a aplicabilidade das políticas públicas, por exemplo: a do Programa Garantia Safra que é um tipo de ação que ainda faz muitos agricultores a resistir e conviver com a seca, assim como a política de crédito oferecido, já para a falta de água no Açude Castro e nas localidades

causados pelas secas a um fator hipotético que é a falta das chuvas, e a outro fator hipotético que é a falta de um trabalho intensivo e continuo na conscientização do uso adequado da água, pois já são exatamente cinco anos sem invernos com uma estação chuvosa abaixo da média. Pode-se questionar também a ausência de um plano extensivo e integrado com o Governo Municipal junto aos Governos: Estadual e Federal no sentido de construir grandes reservatórios de águas e seu uso, já que Itapiúna tem um grande potencial de setor natural hídrico, como Rio Cangati de uma das melhores águas doces da região, a Serra dos Cajuais, que poderia ser bem aproveitada em seus belos riachos, a transposição do Rio Cangati para dentro do Rio Castro, amplificação de médios açudes nos rios da região de Caio Prado junto ao Rio Choró.

O enfrentamento dos problemas que são surgidos através de consequências da seca em Itapiúna são inúmeros, mais pode-se considerar como um fato principal é a problemática da falta de água, tanto para o uso animal, consumo diário e principalmente e essencialmente para o consumo humano que surge outro fator que é a qualidade hídrica. Essa problemática traz em seu interior uma das piores situações que o homem de Itapiúna pode enfrentar e com certeza essa difícil e cruel realidade do povo de Itapiúna está vivenciando nesse presente momento. Os mais sofredores são os residentes em localidades rurais de Itapiúna, as mais longicas, esses são os que mais sofrem com o terrível desafio/problema no momento, e além de tudo não existe um planejamento equilibrado que proporcione um gerenciamento firme e consolidado por parte do governo municipal para erradicar esses problemas hídricos.

Em entrevista com o Sr. Raul Fritz B. Teixeira, Supervisor da Unidade de Tempo e Clima da FUCEME/CE em Fortaleza, o mesmo nos relatou que o Estado do Ceará realmente tem vivido um grande período de estiagem, onde se fixa a predominância cruel da seca e são os municípios que mais sente essa problemática, isso pode-se observar especialmente em Itapiúna, pois desde o ano de 2009 que vem passando por um período de chuvas a baixo da media, (figura 10), segundo o supervisor as políticas públicas pode-se funcionar como elementos de orientação às secretarias de governos principalmente as municipais e que a FUCEME está a disposições.

Figura 10
Relatorio de Pluviometria por faixa de anos - Estado do Ceara, 2009-2015
Município : Itapiúna Posto : ITAPIUNA
Microrregião: 13 Código: 69

Ano	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2009	54.4	102.0	186.2	224.2	244.6	106.2	52.8	39.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1009.4
2010	43.9	11.4	49.3	196.6	0.2	46.4	0.0	0.0	0.0	2.6	3.6	64.8	418.8

2011	156.4	103.2	88.6	218.0	51.6	32.4	69.0	0.0	0.0	16.8	0.0	0.0	736.0
2012	53.4	174.6	50.0	59.2	15.6	38.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	391.6
2013	14.4	49.6	103.4	132.4	163.8	122.4	31.8	0.0	0.0	1.8	25.0	11.0	655.6
2014	35.2	101.4	124.6	132.6	77.6	6.8	13.2	0.0	0.0	0.0	8.0	0.0	499.4
2015	59.8	105.8	193.8	121.8	51.2	56.2	69.2	0.0	0.0	0.0	0.0	48.4	706.2

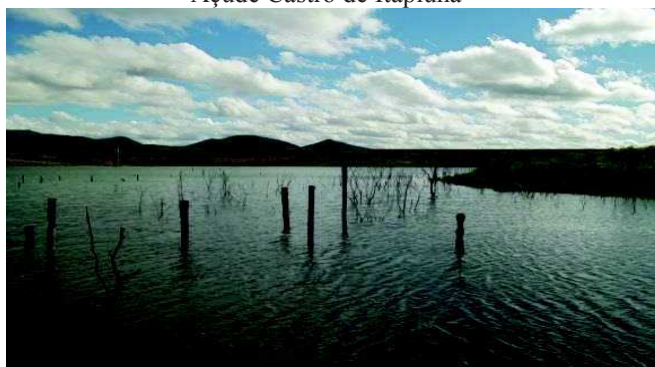
Fonte: FUCEME/CE.

6.1 CARACTERIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS:

6.1.1 O AÇUDE CASTRO:

O Açude Castro (figura 11, 12) é considerado pela COGERH e demais autoridades municipais como a principal fonte hídrica do município. O Açude abastece a sede de Itapiúna e os três distritos: Caio Prado, Itans e Palmatória e demais comunidades rurais da cidade. Além disso, ele abastece a sede do município de Capistrano que é vizinho a Itapiúna.

Figura 11
Açude Castro de Itapiúna



Fonte: Da pesquisa do próprio autor, foto em 02/08/2015

Segundo a ficha técnica dos açudes da COGERH, o Açude Castro está localizado totalmente no município de Itapiúna e vinculado ao sistema de águas da bacia hidrográfica da região metropolitana de Fortaleza. O Açude barra o Rio Castro com uma bacia hidrográfica de 359,83 km², possui uma capacidade de 63,9 milhões de m³ e uma vazão regularizada de 0,61 m³/s.

Destinado também como instrumento importantíssimo para a agricultura familiar e a piscicultura, é uma política pública muito eficiente em termos da base de sustentação da vida tanto dos habitantes de diferentes classes sociais, incluindo os de comunidades tradicionais, como dos animais e da fauna silvestre de Itapiúna. De acordo com Paulo Pedro de Carvalho et al. (2009, p. 28) O acesso a terra e a água são direitos básicos, que necessitam ser

urgentemente efetivados para toda a população, em especial para agricultores e agricultoras familiares do semiárido brasileiro.

Figura 12
Açude Castro de Itapiúna, ano 2007, recém construído e inaugurado



Fonte: COGERH, disponível em <http://www.hidro.ce.gov.br/> acessado em 02/07/2015

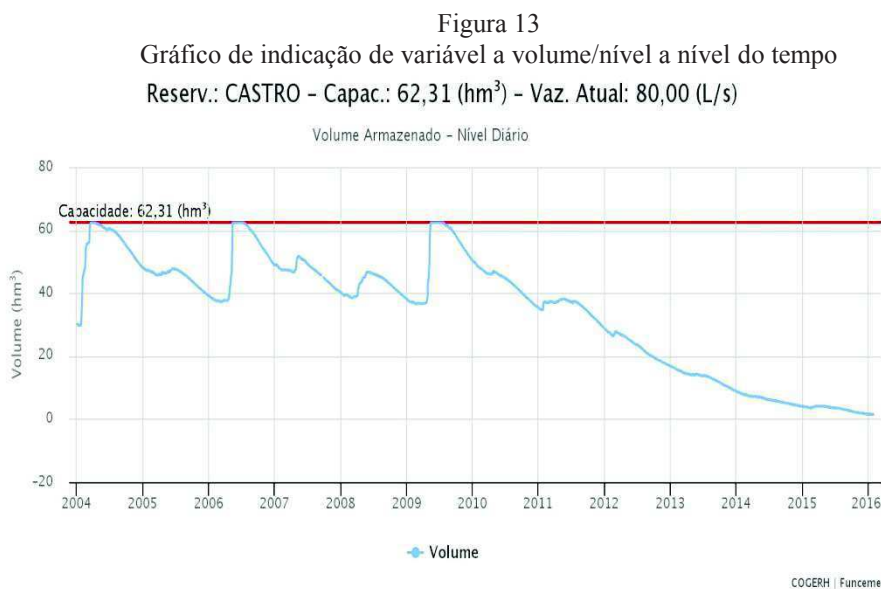
O Açude Castro é considerado por muitos como a maior política pública já implantada no município de Itapiúna. O Açude foi construído no contexto do Projeto Gestão das Águas no Ceará e finalizado no ano de 1997, mas precisamente no mês de junho. O Castro se encontra no momento histórico mais crítico para a sua reserva, possuindo apenas 3,05% de sua capacidade de armazenamento hídrico. A situação do abastecimento humano está crítica uma vez que o reservatório é o responsável principal pelo abastecimento de água dos municípios de Itapiúna e Capistrano atendendo em torno de 15.500 pessoas considerando a dados do IBGE referente à população urbana residente de Capistrano e de Itapiúna junto com as adutoras que abastece algumas comunidade de Itapiúna, cuja essas pessoas são os usuários diretamente do Castro que consumem a água todos os dias, considerando que há os usuários indiretos que são aquelas pessoas que usam a água do Castro ao longo do vale do Rio Castro, porém esses usuários atualmente não estão utilizando o líquido, porque o Castro não está disponibilizando a abertura da válvula de água por impossibilidade da água não alcançar mais a passagem da água.

O Açude Castro transformou a vida de muitos itapiunenses principalmente dos moradores de associações locais que vivem as margens do Açude Castro, assim como moradores do pequeno vale do Rio Castro à jusante do Açude.

Segundo entrevista feita com o Sr. Francisco Elias Martins, Presidente da Associação da Comunidade de Carnaubinha/Caieira – ACCC, inscrita no CNPJ nº 03.207.516/0001-08 cuja entidade é uma usuária direta do Açude Castro, o mesmo relatou que a vida de todos moradores da comunidade mudou depois da construção do Castro, onde houve mais benefícios para o município, melhoramentos de vida, mais água, peixes para os moradores da

comunidade, geração de emprego e renda tanto para os moradores de nossa comunidade como para muitos munícipes e para todos os moradores e usuários do Castro, o município em si no geral melhorou totalmente.

Todavia e infelizmente hoje existem outros grandes desafios, segundo Elias, o Castro passa pelo seu pior momento histórico desde o ano de sua construção: 2007 até o presente momento, e que sua capacidade de água que se encontra em um nível hídrico mais baixo de sua história (figura 13) e toda a questão ambiental que não existe uma ação para combater essas práticas do meio ambiente em volta do Açude, onde não existe nenhuma ação pelos administradores do Açude Castro em defesa e cuidado com o Açude visando o saneamento rural.



Conforme Elias é preciso que exista uma forma melhor dos governantes de atender as comunidades em volta do Açude Castro, cujo sua visão se concentra no grande período de secas fez com que chegássemos a está situação, todavia e exatamente por isso devem-se criar novas formas de fazer essas políticas públicas, o Castro sem dúvida é nossa melhor e maior política pública, mas necessita de algo novo para preservá-lo e com certeza mesmo no período de estiagem deve-se fazer os devidos cuidados e providências, principalmente na limpeza do açude.

O Castro representa para nós itapiunenses, aquilo que se pode chamar exatamente de uma ação pública, de uma política pública, só que o povo e os seus beneficiários devem aprender e conhecer que mais importante que a construção desse Açude é a sua preservação, é como se construir uma casa e ir morar nela, se a cada tempo não reforma-la e cuidar, essa casa vem ao chão, assim é o Castro, ou limpamos, preservamos o seu meio ambiente ao local dele, ou ele irá perder sua potencialidade. (MARTINS, 2015)

Pode-se observar que a maior parte da população rural dos municípios que tem rios que desaguam no Castro não possuem saneamento adequado o que pode acabar com seus efluentes uma situação que favorece a enquadramento de poluição no manancial do Castro, segundo o censo do IBGE de 2.000 há um contingente de população de dentro da bacia hidrográfica do reservatório de aproximadamente 10.400 habitantes ou 1.532 domicílios, sem ligação à rede geral, onde acabam contribuindo com dimensões significativas de poluentes junto aos afluentes do Rio Castro. (PAULO; WALT; ANDREIA; 2007, p. 12)

Como escrito anteriormente, o Castro abastece a cidade de Itapiúna e Capistrano, todavia o Açude se encontra somente com 3,05% em 20/11/2015 com previsão da COGERH e CAGECE de chegar o fim do ano com menos de 3,00%, em 31/12/2015. As autoridades locais já se mobilizam em busca de alternativas para minimizar a crise hídrica do Açude Castro, como: o engate de transposição de águas do Açude Curupati para sede de Itapiúna, perfuração de poços profundos na sede de Itapiúna e uma grande mobilização de racionamento de água, na sede e em todo o município. Para tanto, Audiências Públicas como a Sobre o Racionamento e Qualidade da Água do Castro (figura 14) realizada em 04/08/2015 e do Combate e Convivência com a Seca (Figura 08) realizada em 13/04/2015, assim como grande reunião com o Delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA discutindo as políticas públicas contra a seca em Itapiúna (figura 15) realizada em 06/11/2015 no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapiúna onde se buscou a equidade das ações supracitadas que fixem os problemas da falta de água no município.

Figura 14
Audiência Pública com o tema: Racionamento e
Qualidade da Água do Açude Castro



Fonte: Da pesquisa do próprio autor, foto em 04/07/2015

Figura 15

Reunião com o Delegado do MDA, discutindo as políticas públicas contra a seca para Itapiúna



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapiúna

Apesar da grandeza de benefícios que o Açude Castro representa, pode-se verificar claramente, que não existe ainda uma política firme que cuide do tratamento voltado para os dejetos das dezenas de famílias que mora nas margens do Castro, assim como o distrito inteiro de Palmatoria que se localiza na represa do Açude Castro, ou seja, como não há um tratamento com os esgotos do distrito, tudo que é produzido lá, vai para dentro do Açude, assim como os dejetos de todos os moradores que residem às margens dos rios que desaguam dentro do reservatório, ou seja, os poluentes junto as bacias do Castro são visíveis.

Mesmo com o patamar prejudicial ao manancial hídrico do Açude Castro, ainda é visível a preocupação e cobrança da sociedade itapiunense por medidas e inovações nas políticas públicas para trabalhar o setor de administração do Castro fazendo de uma política pública regularizada e normalizada a uma circunstância que venha dá condição do Castro continuar sendo a principal forma de unidade de convivência com a seca.

Segundo o entendimento corrido na Audiência Pública do racionamento e Qualidade da Água que é necessário que a Prefeitura em parceria com a COGERH vise estudos de novos mecanismos para se desenvolver uma estrutura de políticas públicas em defesa da gestão hídrica do Castro, e os tempos de secas podem vir a ser ideal para realizar essas ações, principalmente no tocante a limpeza do Açude.

Efeito devastador da seca que é a questão da existência do precioso líquido: a água e sua qualidade para o consumo humano principalmente considerando o negocio em torno da referência do Programa Nacional de Avaliação e Qualidade da Água - PNQA vinculado a Agência Nacional da Água – ANA, órgão esse que é responsável pelo monitoramento e gestão de qualidades das águas brasileiras. Nesse sentido e preocupados com a quantidade e qualidade da água do Açude Castro a comunidade já está se mobilizando, inclusive com realizações de audiências públicas nesse sentido como já ocorreu em 04 de agosto de 2015.

Em visita à COGERH, Companhia da Gestão de Recursos Hídricos do Ceará, se teve a condição de levantar vários questionamentos sobre o Castro em sua condição de fomentar itens de aglomeração voltados para os recursos e seu quadro ambiental, em entrevista ao Sr. Claudio Mauricio Gesteira Monteiro, Gerente da Bacia Metropolitana, onde está inserida a bacia o Açude Castro. Segundo Claudio Gesteira a situação hídrica do Castro só tem uma explicação: é a falta de recarga de chuvas, pois ao longo desses 5 anos não ocorreu nenhuma recarga hídrica nesse reservatório nas margens dos rios que abastecem o Açude. Gesteira (2015) Não sei e nem entendo esse rio que desagua no Castro é muito fraco, mas é a falta de chuvas mesmo” indagou Claudio.

Claudio também destacou quando indagado sobre a questão ambiental, que o Castro tem um grande problema a ser resolvido, que é a questão do saneamento rural, embora seja a maior política pública já implementada em Itapiúna, mas demonstra uma decadência no setor ambiental, Os rios que integram o Rio Castro desaguam dentro do Açude, onde não existe um serviço de saneamento rural nem em Palmatória e nem nas Associações Comunitárias ao longo dos rios e de suas margens, é preciso que exista um grande projeto de saneamento em seu entorno, realizar um diagnóstico preciso e focar as medidas no centro da problemática, segundo Claudio já foi feito um Inventário Ambiental do Açude em 2007, mas é preciso ser feito uma articulação mais profunda visando à preservação do meio ambiente local visando o saneamento rural, pois com certeza isso ajudará também nas condicionalidades de abastecimento do Açude Castro.

Estudando a obra dissertação: Estudo da Qualidade Ambiental do Reservatório Pentecoste Por Meio de Índice do Estado Trófico Modificado, (2009) de Rafael Reis Alencar Oliveira pode-se ter uma síntese, uma noção da situação e importância ambiental do Açude Castro, cujo reservatório é um polo de geração de emprego e renda e consumo de água e abastecimento para região metropolitana, porém temos que focar as ações novas de tecnologias e modernidade na preservação do açude, citou Gesteira.

“O Açude Castro pode ser muito mais do que um Açude para Itapiúna, ele representa uma política implantada que deve ser muito mais ampliada, o fato de está secando, não significa o fim, mas sim deve ser visto como o ponto de alerta, para buscarmos um diagnóstico preciso visando a questão ambiental e sua importância regional hídrica.” (GESTEIRA, 2015)

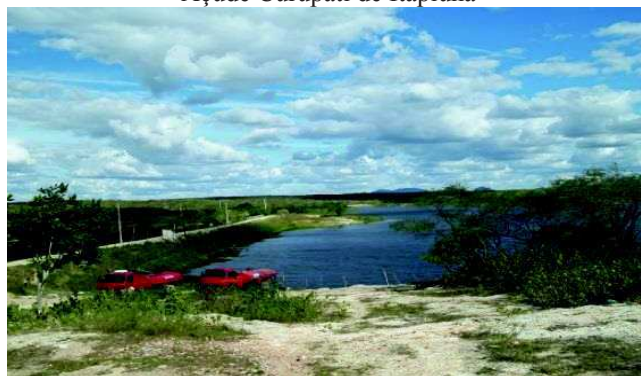
O Castro, considerado a principal fonte hídrica de Itapiúna se encontra em seu pior estado desde quando foi construído em 2007, atualmente se encontra com pouca mais de 3,05% de sua capacidade, sua última sangria foi registrado em 2009, infelizmente desde 2010

até 2015 não choveu suficientemente para fazer o Açude Castro vir a encher, seu estado hídrico é de uma condição exemplar, sua capacidade nestes 5 anos tem sido suficientes para o consumo, porém realmente devido as faltas de chuvas e a falta de outras alternativas de obtenção de novos reservatórios hídricos levaram a crise hídrica do qual se encontra o Açude Castro atualmente, podemos verificar que conforme a discussão da sociedade em audiências públicas já realizadas, tanto a nível municipal como estadual, percebe-se com clareza que o Açude Castro está no seu limite embora ainda seja utilizada sua água. Ou seja, preocupações são inevitáveis porque é fundamental a preservação do Castro, haja vista que quanto mais diminui a sua quantidade de água mais compromete a sua qualidade do líquido. Segundo Paulo et al. (2007, p. 27), existe uma clara correlação entre a qualidade da água e o volume armazenado, em termos percentuais, ou seja, a água sofre deterioração na medida em que o volume armazenado é reduzido.

6.1.2 AÇUDE CURUPATI:

Segundo entrevista com o Sr. José Augusto o Curupati (figura 16) é o segundo maior Açude do município de Itapiúna, e um dos melhores açudes em qualidade de água doce. O Açude Curupati é um reservatório hídrico importantíssimo para o município. Sem nenhuma dúvida o Açude Curupati é a primeira política pública que foi realizada no município de Itapiúna fundamental para época no convívio com as mazelas da seca.

Figura 16
Açude Curupati de Itapiúna



Fonte: Da pesquisa do próprio autor, foto em 02/08/2015

Conforme documento de engenharia do Açude Curupati: Este Açude foi idealizado/estudado pelo topografo: o Senhor Clódion Machado, junto com o desenhista Osório Palmeira Bastos de Oliveira, com o projeto e orçamento em 18 de abril de 1941 e em parceria com o desenho de Mário Mendes de Mesquita. Este importante reservatório foi construído conforme o Boletim do DNOCS, nº 5, vol.20 de agosto de 1959, pág. 163. No ofício 56/s de 09 de janeiro de 1943 do chefe do primeiro distrito de inspetoria, engenheiro

Francisco de Paula Pereira de Miranda encaminhado ao diretor-geral que registrou os dados apresentados. o Açude fica aproximadamente a 1,5 quilometro da sede do distrito de Itans.

O Açude Curupati está localizado no município de Itapiúna, mais precisamente na Fazenda Curupati no distrito de Itans, a uma distância de 11,5 quilômetros da sede de Itapiúna, cuja propriedade do Açude Curupati na época de sua construção pertencia ao Coronel Manuel Alpiniano Pombo, hoje a fazenda é uma propriedade vinculada ao IDACE em parceria com o assentamento local junto a Associação dos Pequenos Agricultores de Itans/Curupati.

O Açude Curupati possui as seguintes características geográficas, Latitude 04°37'16" S Longitude 38°52'7" W.Gr., deu-se inicio sua construção em 1942, tendo sua conclusão em 20/12/1943 com um orçamento de Cr\$ 324.805,00 junto a um prêmio de Cr\$162.402,50 com a cooperação do DNOCS de 50%. O Açude Curupati tem uma capacidade hídrica de armazenamento de 2.406.000m³, com um sistema do Rio Choró, e vinculado ao Riacho Barrado de Riacho Curupati, possuidor de uma bacia hidrográfica de 15,50km² e uma bacia hidráulica de 69,07ha. O Açude Curupati é do tipo de terra homogênea com uma extensão do coroamento de 370,30m, onde possui uma largura do coroamento de 4,00m e uma altura do maciço de 14,75m, tendo sua base numa largura máxima de 59,10m. Seu sangradouro é do tipo muro-vertedouro, com uma largura de 35,00m e a revanche de 2,00m, possuindo uma lâmina máxima de sangria de 1,00m e uma cota da soleira de 97,00m.

O Açude Curupati foi o responsável pelo abastecimento de água potável no município de Itapiúna abastecendo a sede e os três distritos de Itapiúna até o ano de 1997, atualmente o Açude Curupati vem sendo utilizado de forma primordial junto aos programas de Operação Carro Pipa, pois é desse Açude que é retirado todas as águas para o consumo humano nas mais diversas comunidades tanto da cidade de Itapiúna como das localidades da cidade vizinha: Capistrano, além da importantíssima obra hídrica também abastece diversas comunidades circunvizinhas e a sede do distrito de Itans.

No mesmo Açude Curupati existe uma forte predominância de serviços voltados para a produção de produtos hortifrúti principalmente para os moradores associados ao assentamento, pois o Açude proporciona para todos uma qualidade de vida mais saudável, pois muitos também retiram peixes do Açude Curupati como fonte fundamental de alimentação, sendo que apesar de tudo, já existe uma forte preocupação, pois como a estiagem se estende, o alto consumo de água está deixando o Curupati cada vez mais seco o que ameaça toda a estrutura de sustentação de benefícios que a água do Curupati oferece.

Segundo Augusto, (2015)

“O Açude Curupati é um patrimônio acima de tudo natural, é a nossa principal fonte de riqueza natural que se tem, e de maneira alguma se deve deixar de lutar pelo que ele representa, ser uma conquista nossa, uma luta que nós enfrentamos desde do passado que hoje se torna faz-se de novo essa luta, e quantas vezes for preciso, lutar pelo Curupati, ele é a nossa vida, é a nossa política pública”

Augusto, Presidente do Assentamento de Curupati, julho, 2015

Segundo o presidente da Associação dos Pequenos Agricultores de Itans/Curupati responsável pelo gerenciamento do Açude Curupati em entrevista, o mesmo relatou que o Curupati atualmente passa pelo seu maior desafio, importante para o município, sendo a alternativa direta para abastecer as comunidades rurais de Itapiúna e Capistrano através da Operação Carro Pipa, o mesmo sofre com a possibilidade de vi a secar, pois sua água a cada dia vai diminuindo e piorando a qualidade sem deixar para traz a inviabilização de cuidados com essa política. Ele disse que é preciso que o Governo Municipal se encarregue de promover novas políticas públicas de conservação e preservação do Açude Curupati com ações e obras de renovação na estrutura de limpeza do Açude e reforma da parede.

Segundo José Augusto o Curupati é uma política pública de serviço e solução hídrica para o município, entretanto se não houver uma mobilização já em torno de se encontrar e impor soluções de políticas públicas visando os cuidados de preservação com a água do valioso Açude Curupati, assim como uma programação firme e eficaz para o racionamento e controle qualitativo da água do reservatório, corre-se o risco de um colapso hídrico bem maior que se pode imaginar.

Conforme José Augusto o Curupati já é parte da história do município, contém uma das melhores fontes de água doce do município, pode ser planejado melhorias em sua estrutura incluindo até o aumento de seu tamanho, isso se for feito uma engenharia de ampliação do mesmo, pode ser mais e mais intensificado seu favorecimento no convívio com à seca, mas para isso vi a ser uma realidade é preciso que se pense já, e de imediato em novos mecanismos de acesso que vise o cuidado e a preservação do Açude Curupati e somente assim ele poderá provocar novos impactos positivos no processo de novas políticas públicas de convivência com a seca e a crescente falta de água potável nos lares itapiunenses.

Verifica-se que o Açude Curupati vem sofrendo um grave problema, por não ter uma administração firme e mais eficaz como pessoas que fazem irrigação irregular em sua margem, dentre outras coisas.

Estudando o artigo científico: Sociedade Civil e a Construção de Políticas Públicas no Semiárido Brasileiro, pode-se chegar ao entendimento que é possível haver uma maior participação da sociedade, organizações, no caso do Açude Curupati que vem enfrentando muitos desafios em relação a sua gestão administrativa.

De acordo com Thiago Assis (2012, p 181)

Unindo essas contribuições de organizações da sociedade civil e movimentos populares, iniciativas de convivência com o semiárido vão sendo trabalhadas e aperfeiçoadas e passam a propor orientações bastante diferenciadas daquelas observadas nas políticas de convívio com a seca.

Então, é possível se os assentados, que são uma Organização Civil não Governamental se unir de forma democratizada e participativa com outros segmentos sociais, sejam governamentais ou não pode-se encontrar uma saída para a gestão do Curupati. Atualmente o Açude Curupati corresponde com êxito à necessidade de atender as comunidades de Itapiúna e Capistrano junto ao Programa Operação Carro Pipa, e sem dúvida tem correspondido a altura as suas condicionalidades, ou seja, essa obra hídrica é muito importante.

6.1.3 PROGRAMA ÁGUA PARA TODOS:

Segundo informações da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA através do Coordenador Estadual do Programa: Dr. Abelardo Camurça o Programa Água Para Todos é um programa extensivo do Governo Federal instituído pelo Decreto Federal nº 7.535 de 26 de julho de 2011 que funciona em parceria com os Governos Estaduais e Municipais, é um programa que agrega dispositivos de projetos e alternativas de convívio com a seca, sendo que a ideia principal é universalizar o acesso a água por todos os usuários, visando a água chegar ao alcance de todos.

Na região Nordeste, os temas voltados ao uso da água é uma das questões mais polêmicas. É um fenômeno, que vem se agravando com a tensão ambiental global e que configura as formas de ocupação da região, seja por limitar ou desenvolver uma estrutura favorecida pelas políticas de combate a seca.(ALVARGONZALE, 1984)

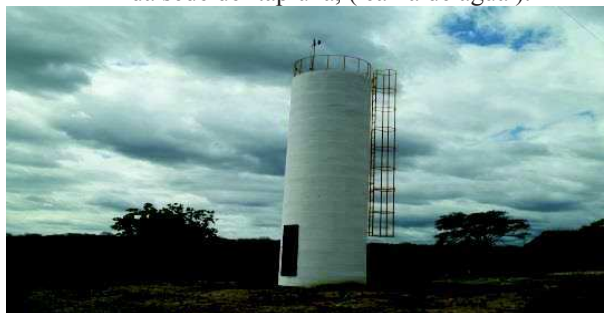
Conforme a SDA Ver-se que o Programa Água Para Todos trata de um assunto realmente muito dinâmico e sério que é levar a solução da falta de água para as pessoas, o próprio nome já diz tudo: “Água Para Todos” esse programa é vinculado ao Ministério da Integração Nacional e tem como seu público alvo pessoas que residem em comunidades rurais que não tem acesso a água, ou que esse acesso seja precário com difícil acesso, o projeto também visa a objetividade de atender as famílias carentes da zona rural promovendo o

abastecimento hídrico com o pensamento de universalizar a água para todas as pessoas proporcionando a viabilidade dos usuários de terem uma melhor qualidade de vida, principalmente na questão de segurança alimentar e nutricional, assim como a produção e criação de animais, produção equilibrada da agricultura familiar através de procedimentos ligados por meios de: cisternas de consumo e produção de alimentos, sistemas de abastecimentos de águas de forma coletiva e condicionalidades de irrigações, barreiros e pequenas barragens, escavação e perfuração de diversos poços. Ou seja, o Programa Água Para todos está também interligado no pensamento e ideia dos princípios de sustentabilidade, visto que quando se compara os estudos e pesquisas com o conteúdo exposto no trabalho de Emilio Tarlis Mendes Pontes, mestre em geografia pela UFP e Thiago Adriano Machado, Graduado em Geografia pela UFP no artigo científico: Políticas Públicas, Desenvolvimento Sustentável e Convivência com o Semiárido, 2009. Percebe-se a importância desse relevante programa.

Segundo a Coordenação do Programa Água Para Todos a meta do programa distinguisse na condição de fixação junto ao cadÚnico do Governo Federal na instalação de entorno de 750.000 cisternas durante o período de julho de 2011 até dezembro de 2014 sendo 450.000 cisternas na estrutura física de placa e 300.000 cisternas na estrutura de polietileno, também foi conjecturado a outros equipamentos como a obtenção de estruturas tecnológicas em equipamentos de implantação na meta de 6.000 sistemas coletivos de abastecimento de água, assim com a construção de 3.000 barreiros. Já na visibilidade de possibilidade da implantação de cisternas de produção, esse tipo de equipamento ficou na responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, da Petrobras, do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES/FBB, isso com a meta estimada e fixada de colocar em realidade a construção de 76.000 cisternas de produção entre os anos de 2011 e 2014, considerando que ainda estão em fase de desenvolvimento e aplicados até o momento. O Programa Água Para Todos vem com as ações voltadas para além de promover o acesso da água para todas as pessoas necessitadas através de seus equipamentos disponíveis também promove a capacitação de como as pessoas deve aplicar e vivenciar com os cuidados com as águas dentro da consideração regional de trabalhos desenvolvidos. Todas as famílias com renda per capita de até R\$ 154,00 conforme o controle do cadÚnico de cada município beneficiado, pode participar, isso é concedido através da inscrição da família no cadÚnico junto a adesão dos municípios ao Programa Água Para Todos, sendo que cada município deve formar seu Conselho Gestor que trabalha as bases de regulamentação local para dá prestigio ao programa.

Segundo entrevista com o Dr. Abelardo Camurça, o Programa é constituído de metas e projeções eficazes, sendo implantado em seus inícios em cada município, inclusive em Itapiúna com a criação de um comitê da seca, esse comitê tem a responsabilidade de elaborar as principais necessidades de água para o município e encaminhar para a Coordenação Estadual suas solicitações é nesse momento que começa os trabalhos mais aprofundados, segundo Camurça o programa vem dando para Itapiúna um impacto positivo no tocante a implantação de diversas obras como: perfuração de poços profundos, cisternas de polietileno, sistemas de abastecimento de água, (figura 17) sendo que o maior desafio em Itapiúna a frente do programa é sem dúvida a falta de chuvas nos últimos anos, pois segundo o Coordenador é devido a essas faltas de chuvas que o programa não conseguiu ainda sua perfeição total em seus verdadeiros objetivos, pois é difícil se investir muito em obras hídricas e não vi a água para sustentar essas bases hídricas.

Figura 17
Sistema de Abastecimento de Água
da Comunidade de Lage dos Ferreiras a 35km
da sede de Itapiúna, (caixa de água).



Fonte: Da pesquisa do próprio autor, foto em 14/08/2015

Conforme depoimento do Conselho Gestor através de seu Presidente: o Sr. Claudionor Fernandes Filho, que citou que em diversas localidades tão sofridas pela seca vem aos poucos conseguindo realizar as instalações de equipamentos, sendo que alguns desses já estão instalados como as cisternas de placas e de polietileno. O Programa Água Para Todos em Itapiúna ainda é um programa bem novo, foi implantado realmente de fato e de direito somente no final de 2013, mas desde esse período até o presente momento muitos dispositivos e ações nesse sentido já foram e estão sendo executados, embora com dificuldades que não chegam a atender todas as demandas, principalmente por está se vivendo uma grande crise política e econômica a nível nacional.

Em visita a Comunidade de Lage dos Ferreiras, comunidade rural do município de Itapiúna que se localiza na região oeste da cidade ficando a 35 quilômetros da sede urbana do respectivo município.

Segundo o Senhor Ivo Nunes Presidente da Associação Comunitária de Lage o mesmo nos relatou que o projeto para implantação do sistema de água foi adquirido por intermédio da necessidade extrema da comunidade, junto aos órgãos estaduais e federais que administram o Programa Água Para Todos, porém o presidente relatou sua indignação com o atraso das obras que segundo o mesmo a obra ainda está em fase de conclusão por falta de recursos, o qual afirmou que foi informado pelas autoridades locais da prefeitura. O projeto de sistema de abastecimento de água de Lage dos Ferreiras irá atender a 15 famílias sendo a captação de sua água do Rio Cangati, porém como o rio está a cinco anos sem encher e seu leito, o lençol freático está profundo e o rio totalmente seco, fica inevitável essa valiosa obra ser efetivada com sucesso, segundo Ivo Nunes a saída como alternativa para se colocar água na caixa e distribuir para as residências dos associados seria a perfuração de um poço profundo (figura 18) perto da caixa, também através do Programa Água Para Todos, cujo a associação já está preparando a documentação necessária para pleitear o poço profundo junto ao Governo do Estado através da SOHIDRA. Ivo disse que a obra hídrica que está sendo construída em sua comunidade é um sonho antigo e irá beneficiar em muito as famílias principalmente na qualidade de vida para todos na localidade.

Figura 18

Local onde será perfurado um poço na comunidade de Lage dos Ferreiras



Fonte: Da pesquisa do próprio autor, foto em 15/09/2015

6.1.4 POÇOS PROFUNDOS:

Durante a Audiência Pública Realizada em 04/08/2015 (figura 19) os poços profundos ainda não é a solução para se resolver a questão da seca no Ceará e em Itapiúna, segundo expressou Dr^a Luciana técnica em gestão hídrica e assistente social do SISAR, e sim é uma alternativa essencial para com o socorro das vítimas necessitadas, porém deve-se dá prioridade a essa política em momentos de crises hídricas como se está vivenciando, assim falou Dr^a Luciana.

Figura 19
Audiência Pública sobre Racionamento e Qualidade de
Água do Açude Castro de combate a seca em Itapiúna,
Dr^a Luciana no centro da mesa.



Fonte: Da pesquisa do próprio autor, fotografia em 04/08/2015.

Em entrevista ao Secretário do Desenvolvimento Rural – SDR de Itapiúna o Sr. Claudionor Fernandes Filho, o mesmo citou que os poços profundos (figura 20) são políticas assistências de caráter alternativo visando o convívio com a seca de forma emergencial, mas com certeza são de uma importância incontestável, pois minimizam os efeitos e consequências da estiagem.

Figura 20
Poço profundo da comunidade Massapé, a 10km da
sede do município de Itapiúna (zona rural).



Fonte: Da pesquisa do próprio autor, foto em 12/11/2015

Ele informou que em Itapiúna a perfuração de poços profundos vem sendo promovido de forma mais abrangente, pois essa perfuração não está restrita somente a um órgão como a SOHIDRA, mas a outras entidades governamentais também executam, como: o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará – SDA, Defesa Civil, agricultores junto a empréstimos rurais fornecidos através do Banco do Nordeste e Banco do Brasil e algumas Associações Filantrópicas de caráter não governamental e principalmente através do Programa Água Para Todos.

Em participação na audiência pública realizada em Fortaleza no dia 15 de julho de 2015 sobre as políticas hídricas (figura 21) o Governo do Estado através da Secretaria de Recursos Hídricos relatou que já tinha perfurados neste ano de 2015 mais de 500 poços

profundos no Estado do Ceará e dessa quantidade mais de 100 poços não corresponderam a evasão desejada. Com certeza desses 500 poços já perfurados o município de Itapiúna recebeu (05) cinco e que segundo o secretário da SDR os poços estão localizados nas comunidades rurais de Itapiúna, como: na localidade de Alto Castanho, São José, Queixada, Boa Vista e Barra Santo Antônio.

Durante a Audiência Pública em Fortaleza foi discutido e abordado qual é a real razão para tanto poços com insuficiência em evasão de água, onde ficou aceito o motivo de a grande falta de chuvas em nosso estado nos últimos cinco anos e em segundo lugar a falta de um contingente mais amplo de construção de medidas tecnológicas contra as secas.

Figura 21
Audiência Pública em Fortaleza, Tema: A
Crise Hídrica e Seus Efeitos no Ceará.



Fonte: Da pesquisa do próprio autor, Fotografia em 15/07/2015

Segundo o Sr. Paulo Roberto Santos, Geólogo Geofísico do Departamento de Obras Contra as Secas – DNOCS em entrevista concedida, o DNOCS (figura 22) tem uma história em políticas públicas em Itapiúna, pois ajudou a construir o Açude Curupati nesse município e atualmente está realizando uma das maiores ações de políticas de perfuração de poços profundos, já foram perfurados cinco (05) poços profundos e em breve serão mais dez (10) poços profundos sendo perfurados para socorrer as famílias da zona rural de Itapiúna, para o Sr. Paulo Roberto, os poços profundos são as principais formas de políticas públicas de conviver diretamente com as secas, pois são mais baratos e eficientes, socorrendo mais rápido as vítimas das estiagens, o mesmo nos relatou que a principal dificuldade para o DNOCS de implantar essa política está na falta de verbas do Governo Federal e a solução para tal seria a liberação de verbas parlamentares, como forma de suprir com emergência essa dificuldade, o mesmo nos relatou que sem nenhuma dúvida a principal razão desse sofrimento tão grande pelo que passa o Ceará é sem dúvida o grande período sem chuvas, pois já são cinco anos sem bons invernos que não enchem os grandes reservatórios e abastecem os lenções de águas freáticas de nosso estado.

Figura 22
Logomarca do DNOCS



Fonte: www.google.com.br

Segundo entrevista feita ao Sr. Claudionor Fernandes Filho, Secretário Municipal do Desenvolvimento Agrário – SDR de Itapiúna, o mesmo nos relatou que o município está implantando 2 poços profundos com dessalinizadores e já perfuraram três poços profundos todos pela SOHIDRA e estão trabalhando no projeto para mais três poços profundos via DNOCS e mais dez poços profundos em parceria com a SOHIDRA e Associações Comunitárias. O secretário nos informou que Itapiúna é uma cidade privilegiada em potencial hídrico, basta apenas haver mais empenho nos trabalhos, o mesmo relata que o Açude Castro se encontra sem dúvida numa situação de crise e que até os poços profundos também, logo em breve poderão sofrer alterações em seus leitos freáticos, tudo devido ao longo tempo sem bons invernos com as chuvas abaixo da média, é essa falta de chuvas a grande razão dessa difícil situação. Embora também exista uma grande dificuldade de se impor ações de atividades com o uso da tecnologia contra a seca, mas mesmo assim não adianta fazer tudo certo com os recursos hídricos e não vi a chuva satisfatória para nossos campos e reservatórios.

Segundo o secretário, os serviços voltados para a perfuração de poços profundos estão em funcionamento, sendo que os princípios de estratégias é que estão em fase para serem efetuados, haja vista, que o país passa por um período de profunda crise econômica e política o que atrasa o funcionamento das obras.

6.1.5 CISTERNAS DE PLACAS E CISTERNAS DE POLIETILENO:

Em entrevista com o Conselho Comunitário de Defesa Social – CMDS, cujo Presidente é o Sr. Claudionor Fernandes Filho, ele informou que as bases primordiais de políticas públicas no sentido de conviver com os efeitos das diversas secas em Itapiúna estão o destaque na implantação de cisternas, tanto de placas, (figura 23) como agora por último as

Cisternas de Polietileno, em Itapiúna já foram instalas 880 Cisternas de Placas, sendo isso feito através de várias etapas e momentos ao longo dos anos.

Figura 23
Cisterna de placa da Comunidade de Carnaubinha dos Bezerras,
a 1,6 km da sede de Itapiúna, referente ao Projeto Brasil Sem
Miséria sob Convênio nº. 239/2009.



Fonte: Da pesquisa do próprio autor, foto em 16/09/2015

Foram feitos parcerias com a ONG: OBAS do município de Barreira, Parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social – MSD junto ao Setor Municipal do Cadastro Único do município de Itapiúna, Secretárias do Estado do Ceará, como: SDA, SRH também com a FUNASA, INCRA, IDACE e Defesa Civil, tudo isso no sentido de construir essas Cisternas de Placas como meio a prática de armazenar as águas vindas das chuvas, porém como nos últimos 5 anos não se teve chuvas satisfatórias, principalmente neste ano de 2015, muitas dessas cisternas já se encontram vazias, podendo contar apenas com os carros pipas do Programa da Operação Carro Pipa.

Segundo Claudionor as primeiras cisternas a serem construídas em Itapiúna pelo setor governamental, foram as Cisternas de Placas que são hoje uma realidade a favor das famílias carentes que convivem com as consequências drásticas provocadas pelas secas, essas cisternas são construídas a base de alvenarias o que ocasiona uma durabilidade com mais efetividade, constituindo um armazenamento de água com excelente qualidade, apta para qualquer tipo de consumo.

Já em relação às Cisternas de Polietileno, (figura 24) segundo o Secretário foram adquiridas junto ao Programa Água Para Todos, que é um programa do Governo Federal através do Ministério da Integração Nacional.

No município de Itapiúna já foram implantadas um total de 1131 Cisternas de Polietileno em residências rurais e mais 6 cisternas em escolas rurais, sendo que o município aguarda a liberação de mais 350 cisternas desse tipo onde com a aquisição dessa nova remessa o município de Itapiúna universalizará o quadro de famílias com cisternas, haja vista que somando o numero de Cisternas de Placas e Cisternas de Polietileno mais a nova demanda

que está para chegar no município somar-se-ia uma totalidade de 2367 cisternas o que corresponde praticamente ao número de famílias rurais existente em nosso município.

Segundo o Gestor da SDR a implantação dessas cisternas é uma espécie de política pública muito eficiente, pois cada cisterna tem uma capacidade hídrica de armazenar até 16 000 litros de água, uma vez que a capacidade de água nela captada é de excelência, pois são águas diretas da chuva, do céu, todavia, o que está acontecendo é que o grande período sem chuvas, principalmente 2015 e a extrema necessidade de consumo da água, fez com que quase todos esses reservatórios se encontrem vazios, o que provoca mais preocupação, pois é preciso encontrar novos mecanismos que reorganize as estruturas regionais mobilizando todas as localidades e seus líderes comunitários no pensamento de se encontrar novas formas de enfrentar a seca e seus efeitos como, por exemplo: políticas públicas de tecnologia para se poder suprir as dificuldades da seca que castiga Itapiúna. Pois de nada adianta investir em inúmeras obras hídricas e a chuva não vi, a falta de chuvas nesses últimos anos tem nos deixado em uma situação dramática e de um sofrimento terrível indagou o secretário.

Figura 24
Cisterna de Polietileno da Comunidade de Carnaubinha dos Bezerras, a 1,6km da sede de Itapiúna, referente ao convênio nº 769231/2012.



Fonte: Da pesquisa do próprio autor, foto em 16/09/2015

A transformação da sociedade nesse direcionamento advém dos valores e das virtudes cívicas inerentes à sua estrutura. São esses fatores que têm a capacidade de modificar as estruturas regionais e, pelo processo cultural, transmitir para as gerações futuras as características sociais que sustentarão a evolução socioeconômica em longo prazo.

(PASSADOR; JOÃO, v.15, n. 56, 210)

6.1.6 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA:

Segundo o secretário da SDR de Itapiúna, o município itapiunense está com vários sistemas de abastecimentos de águas do Programa Água Para Todos em diversas comunidades são elas: Carnaubinha dos Bezerras, Carnaubinha dos Padeiros e Caeira, Barra dos Frazões,

Massapé, Lages, essas em fase de conclusão. Barra Santo Antônio, Boa Vista, essas duas já foram concluídas.

6.1.7 PROGRAMA GARANTIA SAFRA:

Segundo a coordenação local do Programa Garantia Safra de Itapiúna, na pessoa do Sr. José Ailton da Silveira que é o gerente do escritório da EMATERCE do município de Itapiúna o mesmo relatou em entrevista a seguinte situação do Programa Garantia Safra:

O Garantia Safra é um benefício vinculado ao Fundo Garantia Safra criado pela Lei Federal nº. 10.420 de 10 de abril de 2002 e reformulado pela Lei 10.700 de 09 de julho de 2003, cujo objetivo é atender aos agricultores vítimas do fenômeno das secas, com as perdas de suas respectivas plantações, junto aos períodos de estiagens.

Essa política pública é eficaz no sentido de minimizar as perdas das safras dos agricultores, com pagamentos aos mesmos através de parcelas financeiras, onde é creditado na conta do NIS, Número de Identificação Social dos beneficiários. Existe no município de Itapiúna para o Garantia Safra 2014/2015 2.300 pessoas regularizadas, aptas a receber o benefício.

Sr. Ailton afirmou que o Programa Garantia Safra funciona com parceria entre produtor rural que paga 1% do valor, Governo Municipal que paga 3% do valor, Governo Estadual que credita 6% do valor e a união que entra com o restante, funciona com a estrutura de um fundo nacional de recursos apto a atender os municípios atingidos com perdas de suas safras agrícolas, o programa tem enfrentado dificuldades em suas execuções considerando-o como principal a política de critérios do fundo, haja vista que muitas pessoas recebem o benefício e às vezes não estando totalmente legalizado, ou seja, fora de todos os requisitos exigidos, neste caso perde o benefício. Para Ailton o Programa Garantia Safra é de suma importância, tratando-se de uma política pública de caráter temporário, mas eficiente e equilibrada, uma vez bem trabalhados pelos entes envolvidos os resultados são diretos e gratificantes, pois para cada produtor que ao perder sua colheita, sabe que pode contar com um benefício que irá lhe amenizar seus problemas com prejuízos causados pelas ausências de chuvas. Esse forte período sem chuvas deixa as coisas muito difíceis, mas por isso que o Garantia Safra é importante.

O impacto do Garantia Safra é grande, apesar de os valores que chegam à mão do trabalhador rural não ser realmente o suficiente para arcar com suas despesas, mas deixa um suporte de apoio e ajuda gratificante, sendo um valor global em torno de R\$ 950,00 dividido

em seis parcelas, pago a cada 30 dias, mais deixa um montante no geral com mais de R\$ 2.000.000,00 no município, aquecendo assim a economia local.

Sr. Ailton cita que o mais importante no Programa Garantia Safra e que faz esse programa ser bem desenvolvido é a descentralização nos trabalhos, a ênfase de gerenciar a administração pública com a descentralização das ações envolvendo o agricultor e os Governos Municipais, Estadual e Federal

A Constituição de 88 representa um marco na tentativa de descentralização da gestão pública no país. A partir dela, os municípios instituídos de vários deveres juntos à população, no que refere a prestação de serviços públicos em diferentes áreas. Essas demandas vêm se traduzindo na necessidade crescente do município se articular com instituições que, na prática, já possuem meios físicos e/ou tecnológicos para prestar tais serviços.

(RESENDE; TEODÓSIO, 2008)

6.1.8 PROJETO SÃO JOSÉ:

Em entrevista com o Sr. Fabrício Ximenes de Melo Veras, Supervisor de Serviços de Água – SAAES do Projeto São José do Estado do Ceará, ele relatou em detalhes que o Projeto São José vem funcionando em Itapiúna nas comunidades de Marrecas, Várzea Grande, João Rosa e Serrote Preto, (figura 25) cujo projeto tem a finalidade principal de fornecer o abastecimento de água, sendo que o Projeto São José também tem a função de desenvolvimento na área de piscicultura, ovinocultura, capricultura e agricultura irrigada, sendo que nesse setor de trabalho não há ainda em Itapiúna, o município está no momento sendo atendido exclusivamente no processo de abastecimento de água tratada e de boa qualidade. Sendo que Fabricio destacou que está em fase de implantação nas localidades de Marrecas e Várzea Grande para atender 28 famílias em cada localidade a instalação de moldas que são frentes de reuso das águas utilizadas nos usos diários das residências, a finalidade é reusar a água nas irrigações de plantações perto das casas visando o equilíbrio ambiental em favor direto nas plantas.

Fabricio relatou também que o Projeto São José foi implantado no Ceará no ano de 2005 no Governo de Tasso Jereissati, é um projeto que visa conviver com os efeitos da seca no sentido de promoção de sistematização implantação e instalação de água nas residências, com o potencial de promover junto aos seus usuários ao reuso da água na visibilidade de reusar as águas para outros fins e benéficos como: pequenas irrigações e uso de animais considerado o fator de sustentabilidade.

Figura 25
Sistema de Abastecimento de Água das comunidades
de João Rosa e Serrote Preto (Caixa de Água)



Fonte: Da pesquisa do próprio autor, foto em 22/09/2015

Fabricio também nos relatou que em Itapiúna o Projeto São José também trabalha em parcerias com as Associações Comunitárias, pois essas entidades manifestam seus interesses, dando assim o início de processos para o projeto requerido, sendo que o Projeto São José atual que está sendo desenvolvido é o Projeto São José III, uma vez que o São José III vincula a parte social, visando à geração de emprego e renda no sentido do convívio com os efeitos da seca com inteligência e boas estratégias, usando do que a tecnologia pode nos oferecer. (Carvalho et al., 2009, p. 14) As estratégias para um desenvolvimento rural sustentável procuram, por intermédio de políticas públicas, incentivar a transição para agriculturas mais sustentáveis e equilibradas, dentro dos princípios agroecológicos.

Quando questionado sobre os desafios do Projeto São José e sobre a causa de tantos problemas em Itapiúna causados pela seca e quais seriam as soluções, Fabricio imediatamente ressaltou que o Projeto São José tem enfrentando seu pior momento desde ano de sua criação que foi em 2005, sem nenhuma dúvida o forte período de escassez de água, sem chuvas suficientes e com as fazes chuvosas abaixo da média tem dificultado os trabalhos do Projeto São José III, é essa falta de chuvas o que mais nos preocupa, inclusive a necessidade de adequa o Projeto São II para o Projeto São José III foi no sentido de nos fortalecer, e isso não somente em Itapiúna mas em todo o Estado do Ceará, a burocracia junto aos processos licitatórios também deixam a desejar e atrasam os serviços do Projeto São José III, sendo que a solução seria continuar investido mais nas políticas públicas de geração de água, de reuso das águas em seu aproveitamentos e de políticas de conservação e preservação do meio ambiente no sentido de serviços sociais e buscar investimentos via essas ações através de implementos tecnológicos, é a tecnologia quem poderá nos dá uma solução mais duradora e eficiente nas consequências das secas tanto em Itapiúna como para o Ceará.

6.1.9 OPERAÇÃO CARRO PIPA:

Em entrevista realizada com o Coronel Rangel da 10ª Regional do Exército Brasileiro, ele informou que a Operação Carro Pipa em Itapiúna (figura 26 e 27) tem uma importância de fazer uma missão que é distribuir água potável, priorizando a população rural, mais carente, permitindo assim o direito básico que é a água. Rangel também nos apresentou sua opinião sobre a grande benfeitoria que representa essa política pública em Itapiúna, conforme o Coronel, além da Operação Carro Pipa distribuir a água, também vem democratizando o uso desse líquido, e fundamentalmente promove a integralidade dos serviços, o coronel também destacou a Operação Carro Pipa como uma política pública como um conjunto de ações primordiais, do Governo Federal, cuja distribuição da água ainda promove ao homem do campo a integração do serviço permitindo a permanência do homem do campo e em seu lar.

Figura 26
Pipas da Operação Carro Pipa/Aç. Curupati



Fonte: Da pesquisa do próprio autor

Figura 27
Pipas da Operação Carro Pipa/Aç. Curupati



Fonte: Da pesquisa do próprio autor

De acordo com o Coronel Rangel a Operação Carro Pipa tem um impacto positivo em Itapiúna, pois além de todos os benefícios, a Operação Carro Pipa também deixa uma injeção de recursos na economia local o que acaba contribuindo com a política de distribuição de renda, quando interrogado sobre os efeitos e causas da seca, Rangel foi taxativo e direto: “ Não há ninguém que aguenta tanto tempo sem chuvas, a seca é um fenômeno típico natural, sem explicações mais fixadas, sem chuva, sem água temos que trabalhar”, segundo o mesmo a Operação Carro Pipa cumpre com sua parte, agora alguns setores governamentais procuram fazerem conforme suas diretrizes, assim exclamou o Coronel.

O Militar ressaltou que a Operação Carro Pipa, embora com administração tipicamente militar, funciona dentro de suas possibilidades e que essa política pública é uma política exatamente pontual, ela ocorre justamente devido à falta de chuvas que não recarga os reservatórios, provocando assim a necessidade da atuação da Operação Carro Pipa, sim, eficiente no seu tocante, mais as despesas, os recursos, as diretrizes de todos esses aspectos geram uma situação de conflito, embora seja preciso, mas fica nas discussões, onde também a

operação funciona com eficiência no sentido de administrar, mas em atendimento a população é uma política pontual e de emergência.

6.2 ANÁLISE COMPARATIVO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS IDENTIFICADAS:

Observa-se que o Açude Castro é uma Política Pública fundamental para o desenvolvimento do município responsável por atender aos seus usuários que são mais de 15500 pessoas direto e indiretamente, o Açude pertence à Bacia Metropolitana de Fortaleza. Comparando-se com as outras políticas públicas se ver que é a maior obra hídrica do município, sendo que é a única das políticas públicas que possui uma maior sustentabilidade em termos de resistência aos efeitos da seca, tendo um potencial positivo e superior as outras políticas, porque além de fornecer a água o Castro também gera emprego e renda para o município, tanto em suas margens como em todo o seu vale, isso quando está carregado, o Castro sem dúvida é superior também pelo fator de geração de resultados no número de atendimento, ou seja, em quanto um Poço Profundo atende a 45 famílias como o Poço Profundo da Comunidade de Massapé o Castro atende diretamente todo um distrito como o de Caio Prado, e com uma qualidade de água tratada, já os Poços Profundos, Cisternas e ou o Açude Curupati necessitam de um tratamento básico na água. Comparando com o Programa Garantia Safra o Castro é eficiente e duradouro, já o Garantia Safra é emergencial. E os sistemas de abastecimentos de água dependem de uma fonte hídrica que forneça a água, sendo que é o próprio Castro fornecedor de água para alguns sistemas implantados em Itapiúna.

O Açude Curupati fixa-se numa importância essencial para a convivência com a seca de Itapiúna, sua principal vantagem interliga-se com seu Riacho de Abastecimento, pois mesmo em períodos de poucas chuvas consegue recarregar, em comparação com o Açude Castro é bem menor, enquanto o Castro possui 63,9 milhões de m³, o Curupati possui 2,46 milhões de m³, sendo o Curupati uma obra hídrica de um enorme valor para Itapiúna, pois sua capacidade consegue suprir anualmente as demandas dos Carros Pipas que atende as comunidades rurais, comparando-o com os demais programas, é superior ao atendimento dos poços profundos no tocante ao número, pois assim como um poço profundo atende a um número menor de pessoas o Curupati tem capacidade de atender mais pessoas, ressalvo na condicionalidade da posição de localização geográfica, ou seja, o Curupati não pode atender a uma comunidade distante de sua localização geográfica dependendo das despesas para isso, já um poço profundo pode ser perfurado em qualquer lugar dependendo do estudo de georeferenciamento técnico.

Percebe-se que o Programa Água Para Todos em comparação as outras políticas públicas identificadas é o mais complexo, pois se trata de um programa que reúne uma série de ações e formas diferentes de obras hídricas como a perfuração de poços profundos, implantação de cisternas de vários tipos, construção de sistemas de abastecimentos de água e de açudes, apesar de reunir aglomerados de obras, este programa é de caráter funcional tanto em fator de emergência como de longa duração, ele usufrui do próprio Açude Castro quando necessita para abastecer as caixas de águas dos sistemas de abastecimentos de águas, é um programa semelhante ao Projeto São José, sendo que o São José é mais específico, e o Água Para Todos é mais amplo, comparando-se ao Garantia Safra, se diferencia no tocante ao fator emergência, o Garantia Safra tem um perfil de atendimento emergencial, já o Água Para Todos tem um caráter nos dois segmentos: emergencial e duradouro. No tocante a Operação Carro Pipa o Água Para Todos se torna superior, pois a Operação Carro Pipa embora nos últimos anos pareça ser uma política fixa, mas é também uma política de socorro aos sertanejos vítimas com a falta de água potável, enquanto o Água Para Todos é intensivo e permanente.

Observa-se que o Programa Garantia Safra é um programa diferente dos demais, pois ele tem um perfil de serviço emergencial, funciona somente por um determinado período, e somente acontece em caso de perda da safra anual, comparando com as outras políticas públicas o Programa Garantia Safra é um Programa a parte, pois obras como: Açude Castro, Açude Curupati, Projeto São José, Programa Água Para Todos, são duradouros, ressalvo a Operação Carro Pipa que se enquadra no mesmo quesito, sendo que no tocante ao caráter eficaz o Programa Garantia Safra é eficiente, pois é um programa que se fixa em atender aos agricultores e realmente se verifica essa efetividade, pois se viu que todos os agricultores vítimas da seca e que se beneficiou do Programa Garantia Safra nunca ficaram prejudicados junto aos pagamentos das parcelas.

Conforme se verificou o Projeto São José é um das políticas públicas mais antigas desenvolvida em Itapiúna, de caráter permanente, comparando as outras obras é dependente de uma administração local e estadual, é similar ao Programa Água Para Todos, sendo o Água Para Todos inspirados no São José, a maior diferença entre ambos é que o São José atende em Itapiúna apenas ao abastecimento de água através de sistemas de encanação, já o Água Para Todos, além dos sistemas de abastecimentos, também proporciona outros mecanismos como: perfuração de poços, construção de barragens e cisternas etc. Comparando ao Açude Castro e Curupati, são programas diferenciáveis em muitos aspectos, números de atendimentos,

situação administrativa dentre outros aspectos, mas é da eficiência e grandeza de importância que os açudes levam vantagens.

Esse Programa: Operação Carro Pipa, quando comparado ao Garantia Safra logo se vê que é também de caráter temporário, e que vem atender somente nos períodos de extrema falta de água, a vantagem do Garantia Safra é na eficiência, pois todos beneficiários recebem seus pagamentos, já a Operação Carro Pipa não consegue suprir a demanda como um todo, todavia é um Programa de muita relevância e essencial no atendimento emergencial, pois o Carro Pipa consegue chegar aos lugares mais distantes possíveis, coisa que fica difícil para outras políticas públicas, considerando que cada política pública de convivência com a seca tem suas especificações, objetivos e diretrizes de trabalho.

7. CONCLUSÃO:

Contudo, verifica-se que em todo o processamento desse trabalho de forma geral e conclusiva que o Açude Castro é a Política Pública mais importante e eficaz de Itapiúna seguido em segundo lugar do Açude Curupati e logo após do Programa Água Para Todos. Cujas Políticas Públicas se fixam em Políticas pontuais, temporárias de caráter de emergência como: Programa Garantia Safra e Operação Carro Pipa, e Políticas Duradoras que resistem a mais tempo no convívio com a seca, são elas: Açudes Castro e Curupati, Projeto São José e Programa Água Para Todos.

As informações obtidas foram satisfatórias, ficando o entendimento que o uso da tecnologia em todos os processos de políticas públicas deve ser utilizado com prioridade nas ferramentas de solução para a seca, cujo fator tecnológico deve ser fortalecido voltando-se para os planejamentos estratégicos e um gerenciamento mais eficiente e priorizando as ações, haja vista, onde percebe-se que o trabalho em ações usando a tecnologia e considerando o saneamento rural junto aos recursos hídricos em Itapiúna devem ser muito mais bem trabalhados e desenvolvidos.

Está, contudo fica a necessidade de se implantar um novo modelo de gestão administrativa visando o aprimoramento das políticas públicas em Itapiúna com ações inovadoras como: o uso primordial da tecnologia, a implementação de estudos técnicos e financeiros objetivando o saneamento rural nessas políticas públicas, principalmente nas margens dos Açudes Castro e Curupati, a intersectorização dos órgãos estaduais e municipais e da esfera federal na elaboração de um planejamento estratégico eficaz, eficiente e verdadeiro.

Conclui-se também que o objetivo geral na medida do que foi fornecido, hoje já se tem neste a identificação das principais políticas públicas desenvolvidas em Itapiúna e as que estão em fase de elaboração, suas eficiências, consequências e resultados positivos e negativos, contudo, se finaliza este trabalho junto a está conclusão, onde se entende também que é preciso se fixar novos olhares para a realização de novas pesquisas e estudos nesse sentido, pois a questão do fenômeno da seca, do uso adequado da água, das causas e consequências da estiagem, da tecnologia são temas complexos que exigem inovação constantemente, ficando nossa sugestão na continuidade desse assunto no sentido de engrandecer cada vez mais as políticas públicas de convívio com a seca, proporcionado uma convivência com o semiárido de Itapiúna mais justo e igual para todos.

14. REFERÊNCIAS:

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUA, balanço hídrico do brasil, Disponível em <<http://www2.ana.gov.br>>, acessado em 10/10/2015

ASSIS, Thiago Rodrigo de Paula, Sociedade Civil e a Construção de Políticas Públicas no Semiárido Brasileiro, São Luiz/MA. Universidade Federal de Lavras – UFLV, 2012, v. 16, nº 179-189, defesa aprovada em 19/03/2012.

AUDIÊNCIA PÚBLICA, 1., 2015, Itapiúna-Ce., **Combate e Convivência com a Seca**, Salão Paroquial, Realização: Câmara Municipal de Vereadores.

AUDIÊNCIA PÚBLICA, 2., 2015, Itapiúna-Ce., **Racionamento e Qualidade da Água do Açude Castro**, Local: Plenário Antônio Felix da Câmara Municipal, Realização: Câmara Municipal de Vereadores.

AUDIÊNCIA PÚBLICA, 6., 2015, Fortaleza-Ce. **A Crise Hídrica e seus Efeitos no Ceará**, Local: Auditório Castelo de Castro da Assembleia Legislativa, Realização: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

AUGUSTO, José, Açude Curupati, Itapiúna-Ce., distrito de Itans, 02/08/2015, Nota: 9,25

AVRITZER, Leonardo

BRASIL, Constituição, 1988

BRASIL, Lei nº 175 de 07 de janeiro de 1936

BRASIL, Decreto-Lei nº 9.857 de 23 de setembro de 1946

BRASIL, Lei. 10.420 de 10 de abril de 2002 /04/2002

BRASIL, Lei 10.700 de 09 de julho de 2003

BRASIL, Decreto nº 7.535 de 26 de julho de 2011.

BRASIL, Decreto-Lei nº 63.778 de 11 de novembro de 1968

BRASIL, Lei 7.827 de 27 de setembro de 1989

BRASIL, Portaria Interministerial nº 1/MI/MD de 25 de julho de 2012

BRASIL, Lei 12.599 de 23 de março de 2012

BARROS, Iara Mara Carlos, **O Meio Ambiente e a Seca**, Itapiúna-Ce. 03/11/2015, Nota: 8,5

COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO CEARÁ – COGERH, Inventário Ambiental do Açude Castro, 2007;

COMPANHIA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS – COGERH, Disponível em <<http://www.portal.cogerh.com.br>> Ficha Técnica dos Açudes, acessado em 02/07/2015.

CAVALCANTE, Francisco Abelardo Camurça, **Programa Água Para Todos**, Fortaleza-Ce, 18/08/2015, Nota: 10,00

CAMPOS, José Nilson B., **STUDART**, Ticiania Marinho de Carvalho

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRAS AS SECAS, programa de sustentabilidade, Disponível em <<http://www.dnocs.gov.br>>, acessado em 20/08/2015 e em 07/11/2015.

DE ANDRADE, Nair Aparecida, **CALDAS**, Ricardo Wahrendorff, **Manual de Políticas Públicas, Conceitos e Práticas**, Sebrae/MG, 2008, V.7, 48 p.

DE SOUZA, Francisco Lucrécio, **Clima Organizacional: Um Estudo Bibliométrico publicados nos anais da EnANPAD de 2007 a 2011**, Picos-Pi. UFPI, 2013, (Monografia apresentada no curso de Bacharelado em Administração da Universidade Federal de Piauí - UFPI) Picos-Pi., 2013.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA, Publicações, Disponível em <http://www.embrapa.br>

FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA, tecnologia contra a seca, Disponível em <<http://www.fuceme.br>>, acessado em 03/08/2015.

FILHO, Claudionor Fernandes, 1, (**Políticas Públicas**), **programas diversos em Itapiúna contra a seca**, Itapiúna-Ce. 17/08/2015, Nota: 9,75

FILHO, Claudionor Fernandes, 2, (**Políticas Públicas**), **Conselho Municipal de Desenvolvimento Social , Ações de Trabalho contra a seca**, Itapiúna-Ce. 17/08/2015, Nota: 8,5

HISTÓRICO DO MUNICÍPIO, Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br>> acesso em 02 de julho de 2015;

INFORMAÇÕES COMPLETAS, Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br>> acesso em 02 de julho de 2015;

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONOMICA DO CEARÁ, perfil básico municipal, , Disponível em <<http://www.ipece.ce.gov.br>>, acessado em 02/07/2015 e em 06/11/2015.

ITAPIÚNA, Lei Orgânica do Município , 1989

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, Disponível em <<http://www.mds.gov.br>>, acessado em 27/07/2015.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, Disponível em <<http://www.mi.gov.br>>, acessado em 27/07/2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, plano safra 2015/2016, Disponível em <<http://www.mda.gov.br>>, acessado em 03/11/2015 e em 06/11/2015.

MARTINS, Francisco Elias Timóteo, **Benefícios do Açude Castro**, Itapiúna-Ce.,23/09/2015, Nota: 9,75

MONTEIRO, Claudio Mauricio Gesteira, **Açude Castro**, Fortaleza-Ce, 25/09/2015, Nota: 9,75

NIVEL DOS AÇUDES E BACIAS HIDROGRAFICAS DO CEARÁ, Disponível em www.hidro.ce.gov.br, acessado em 02/07/2015 e em 06/11/2015.

OLIVEIRA, Rafael R.A. **Estudo da Qualidade Ambiental do Reservatório Pentecoste Por Meio de Índice do Estado Trófico Modificado**, Fortaleza, UFC, 2009 (dissertação sob área de Proteção Ambiental e Recursos Naturais) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiental da Universidade Federal do Ceará. Ceará, Fortaleza , 2009

PONTES, Emilio Tarlis Mendes, **MACHADO**, Thiago Adriano.

SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS, gestão das águas, Disponível em <<http://www.srh.ce.gov.com.br>> , acessado em 02/07/2015 e em 19/10/2015.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ, coordenadoria de programas e projetos especiais-coope, Disponível em <<http://www.sda.ce.gov.br>>, acessado em 10/10/2015.

SUPERINTENDENCIA DE OBRAS HIDRAULICAS, programa de perfuração de poços profundos, Disponível em <<http://www.sohidra.ce.gov.br>>, acessado em 20/08/2015 e em 06/11/2015.

SOARES, Edmilson. **Seca no Nordeste e a Transposição do rio São Francisco**, nº 02, Belo Horizonte, 2003, v.9, Disponível em www.cantacantos.com.br, acessado em 03/07/2015.

SILVEIRA, José Ailton, **Programa Garantia Safra**, Itapiúna-Ce. 07/10/2015, Nota: 9,25

SANTOS, Paulo Roberto Silva, **Obras do DNOCS em Itapiúna**, Fortaleza-Ce. 20/08/2015, Nota: 9,25

- VERAS**, Fabricio Ximenes de Melo, **Projeto São José**, Fortaleza-Ce. 08/09/2015, Nota: 9,75
- FEREIRA**, Aurélio Buarque de Holanda, **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**, 4ª Edição, Curitiba-Pr., Editora Positivo, 2009
- HENRIQUES**, Claudio Cezar, **SIMÕES**, Darcilia, **A Redação de Trabalhos Acadêmicos, Teoria e Prática**, 6ª Edição, Rio de Janeiro, Editora EdUERJ, 2014.
- MEDEIROS**, João Bosco, **Redação Científica, A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas** 11ª Edição, São Paulo, Editora Atlas S.A.2011
- OKAZAKI**, Victor H.A. **Orientações e Supervisões**, Disponível em <<http://www.okazakiwebs.com.com>> , acessado em 07/11/2015.
- OKAZAKI**, Victor H.A, **Material de Apoio Para Elaboração de Trabalhos**, Disponível em <<http://www.uel.br>> , acessado em 31/10/2015.
- SCHÜTZ**, Fernanda, **A Intersetoriariedade no Campo da Política Pública**, Florianópolis-Sc. UFST,2009, (Monografia, referente a conclusão do curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina,) Florianópolis-Sc. 2009.
- DE QUEIROZ**, Raquel, **O Quinze**, Edição Integral, 1937, (2004, p.24), Disponível em <<http://www.catalyst.uw.edu/.../br>>, acessado em 26/08/2015.
- KÜSTER**, Angela, **MARTÍ**, Jaime Ferré.
- MANFREDINI**, Sávio, **Ceará tem a Pior Reserva Hídrica dos Últimos Cinco Anos**, Tribuna do Ceara, 29 ago. 2015.
- PEIXOTO**, Marcus, **MAIA**, Fernando: **AÇUDES QUASE SECOS**, Quixeramobim e Boa Viagem próximos de colapso hídrico, Diário do Nordeste, Fortaleza, 18 de setembro de 2015, Regional, pág. 01-04.
- REZENDE**, Denis Alcides, **Planejamento Estratégico Municipal como Proposta de Desenvolvimento Local e Regional de um Município Paranaense**. Rev. FAE, Curitiba, v.9, nº 2, p. 87-104, julho/dezembro de 2006.
- REZENDE**, G. A. e **TEODOSIO**, A.S.S., **Descentralização e Democratização de Políticas Sociais**, (**Venturas e Desventuras da Sociedade Civil Organizada no Brasil**), XXXII encontro da ANPAD, nº 1, 2008, Rio de Janeiro 6 a 10 setembro, Trabalho apresentado no XXXII encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ANPAD, Rio de Janeiro, 2008.
- RAMOS**, Graciliano, **Vidas Secas**, 119ª edição, Rio de Janeiro, Editora Record, 2012.
- SALDANHA**, Gustavo Segabinazzi, **PEIXOTO**, Frederico Brider, **ESTRADA**, Rolando Juan Soliz.
- SÁBER**, Aziz b', **Por Que no Nordeste há Seca?**, Disponível em <<http://www.brasilecola.com>> acessado em 20/10/2015

Vídeo Publicado em 27/07/2012, disponível em <<http://www.youtube.com/watch,>>
Acessado em 22/10/2015 com Renato, Renato Ferreira Secretário de Recursos Hídricos e
Ambiente Urbano – MMA, Vídeo Publicado em 27/07/2012

ADENDICE:

Figura 28
Audiência Pública, 1., 2015, Itapiúna-Ce., Combate e Convivência com a Seca, Salão Paroquial, Realização: Câmara Municipal de Vereadores.



Fonte: Da pesquisa do próprio autor, evento e foto em 13/04/2015

Figura 29
Açude Curupati – Distrito de Itans/Itapiúna/Ceará



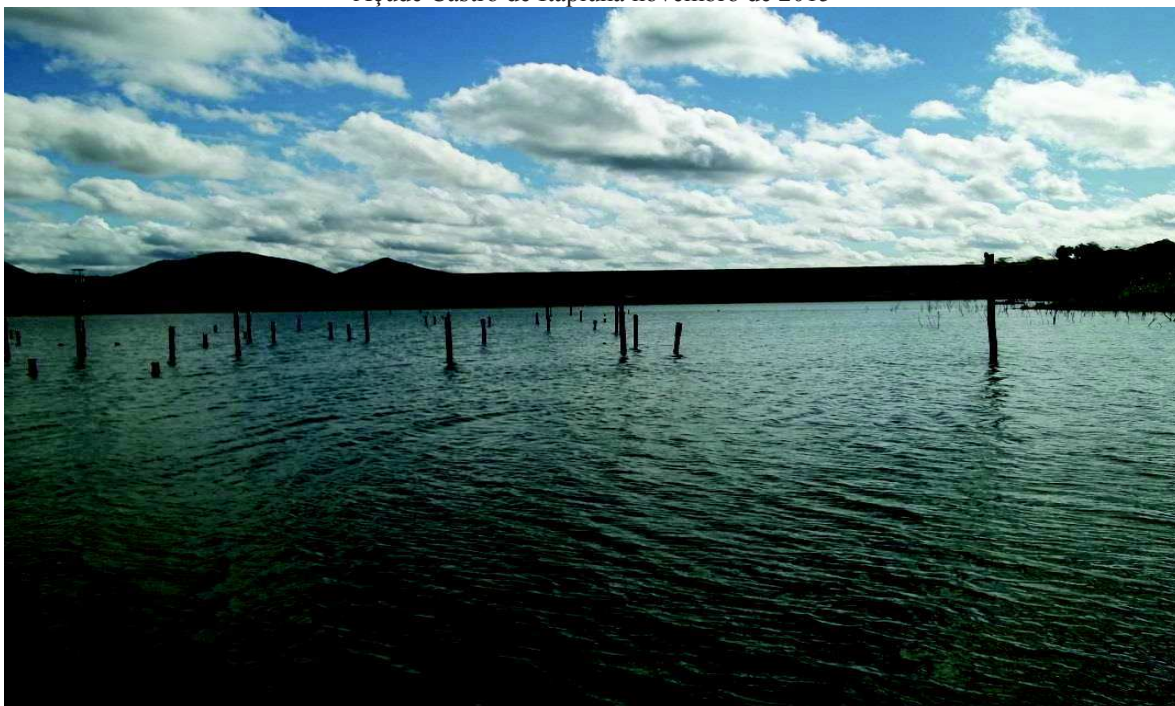
Fonte: Da pesquisa do próprio autor

Figura 30
Carro Pipa, doado pelo Programa de Aceleração do Crescimento PAC



Fonte: Da pesquisa do próprio autor

Figura 31
Açude Castro de Itapiúna novembro de 2015



Fonte: Da pesquisa do próprio autor

Figura 32
Audiência Pública em Fortaleza, Tema: A Crise Hídrica e Seus Efeitos no Ceará



Fonte: Da pesquisa do próprio auto



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA (UNILAB)**

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPPG
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA
Diretoria de Educação Aberta e a Distância – DEAAD
Coordenação do Curso de Especialização Gestão Pública Municipal – CCEGPM

APRESENTAÇÃO:

Os questionários são instrumentos direcionados a pesquisa e estudos junto a órgãos credenciados e com credibilidades nos exercícios de aplicações em elaboração e execuções de políticas públicas no combate à seca e de avaliação para as associações e ONGs envolvidas no público alvo a que se destina as respectivas políticas públicas, tanto no sentido de projetos como programas. É através dos dados contidos nos questionários que podemos fazer os comparativos de informações e delas poderemos tirar as conclusões em mediações e análises com outras fontes de dados.

Os questionários estão classificados em três segmentos/tipos:

Questionário: Destinados aos variados órgãos, é o questionário geral que prestam ou já prestaram serviços estratégicos de obras e/ou serviços de combate a seca no município de Itapiúna.

Questionário: Semelhante ao questionário 01, todavia se destina ao tipo de informação com ênfase maior na visão da instituição beneficiada, no que a mesma tem a de sugerir de medidas voltadas para políticas públicas mais eficazes contra a seca no município itapiunenses.

Questionário: É destinado as políticas públicas mais eficazes junto a os órgãos responsáveis pelas suas execuções, ou melhor, são as medidas mais valorosas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPPG
 Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA
 Diretoria de Educação Aberta e a Distância – DEAAD
 Coordenação do Curso de Especialização Gestão Pública Municipal – CCEGPM

QUESTIONÁRIO 01

MONOGRAFIA:
POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE A SECA EM ITAPIÚNA
A ESCASSZES DE ÁGUA NO SERTÃO DE ITAPIÚNA

GERAL

FORMULÁRIO DE PESQUISA DE ESTUDO DE CASO

INSTITUIÇÃO:			
CARGO RESPONSÁVEL			
NOME DO RESPONSÁVEL			
CPF	RG	ÓRG. EXPEDIOR	
DATA DE NASCIMENTO	NATURALIDADE		
ENDEREÇO			
CONTATOS	TEL.	E-MAIL:	

QUESTIONAMENTOS

- 1- Como você ver a implantação de políticas pública sem Itapiúna?
 boa ruim péssima ótima
- 2 - Na sua opinião qual a maior e melhor política pública contra a seca implantada na Itapiúna?

- 3- O que você entende do Programa Água Para Todos e do Projeto São José?

- 4- Na sua opinião o que devemos fazer para ajudar na escassez de água no sertão de Itapiúna?

- 5 – Como você ver os resultados das ações realizadas em Itapiúna contra a seca?
 boa ruim péssima ótima
- 6- Como você analisa os cuidados com a água do Açude Castro em Itapiúna?
 boa ruim péssima ótima
- 7- Em seu análise como você observa a participação popular nas decisões de aplicações de políticas pública no combate a seca em Itapiúna?
 boa ruim péssima ótima
- 8- Em sua Associação qual o impacto de resultados das ações aqui colocadas na convivência com a seca?
 boa ruim péssima ótima

OBS.: Anotar no verso outros questionamentos se necessário for.

Questionário aplicado por José Edinardo Bezerra Mendes, estudante da UNILAB, do Curso Pós-Graduação de Gestão Pública Municipal, Lato Sensu na Turma 2014.2 matricula nº 2014200482 na data: em _____ de _____ de _____.

 Assinatura do Estudante

 Assinatura do Entrevistado



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA (UNILAB)**

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPPG
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA
Diretoria de Educação Aberta e a Distância – DEAAD
Coordenação do Curso de Especialização Gestão Pública Municipal – CCEGPM

QUESTIONÁRIO 02

**MONOGRAFIA:
POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE A SECA EM ITAPIÚNA
A ESCASSIZES DE ÁGUA NO SERTÃO DE ITAPIÚNA**

USUÁRIOS

FORMULÁRIO DE PESQUISA DE ESTUDO DE CASO

INSTITUIÇÃO:					
CARGO RESPONSÁVEL					
NOME DO RESPONSÁVEL					
CPF		RG		ÓRG. EXPEDIOR	
DATA DE NASCIMENTO			NATURALIDADE		
ENDEREÇO					
CONTATOS	TEL.	E-MAIL:			

QUESTIONAMENTOS

1. Qual o maior benefício que a ACCC recebeu até hoje em benefício contra a seca? e esse benefício atendeu com perfeição as necessidades?

2. Qual o maior problema enfrentado pela ACCC junto a estiagem?

3. Na visão da ACCC o que se deve fazer para melhorar as políticas de combate a seca?

4. Dentro dos procedimentos e das atividades já existente e que a ACCC participou, qual realmente a principal causa da seca e o que se pode fazer de medidas efetivas no combate a seca em Itapiúna?

OBS.: Anotar no verso outros questionamentos se necessário for.

Questionário aplicado por José Edinardo Bezerra Mendes, estudante da UNILAB, do Curso Pós-Graduação de Gestão Pública Municipal, Lato Sensu na Turma 2014.2 matrícula nº 2014200482 na data: em _____ de _____ de _____.

Assinatura do Estudante

Assinatura do Entrevistado



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA (UNILAB)**

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPPG

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA

Diretoria de Educação Aberta e a Distância – DEAAD

Coordenação do Curso de Especialização Gestão Pública Municipal – CCEGPM

QUESTIONÁRIO 03

MONOGRAFIA:

**POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE A SECA EM ITAPIÚNA
A ESCASSZES DE ÁGUA NO SERTÃO DE ITAPIÚNA**

ACUDE CASTRO

FORMULÁRIO DE PESQUISA DE ESTUDO DE CASO – AÇUDE CASTRO

INSTITUIÇÃO:			
CARGO RESPONSÁVEL			
NOME DO RESPONSÁVEL			
CPF		RG	ÓRG. EXPEDIOR
DATA DE NASCIMENTO		NATURALIDADE	
ENDEREÇO			
CONTATOS	TEL.	E-MAIL:	

QUESTIONAMENTOS

1. Como você ver a implantação do Açude Castro como política pública para Itapiúna?

2. Na sua opinião qual a maior e melhor benfeitoria que o Açude Castro representa?

3. O que se pode fazer para melhorar o funcionamento do Castro no Sentido de desenvolvimento na geração de emprego e renda e na preservação da estrutura do açude?

4. Quais as principais funções estratégicas que o Castro como politica pública poderia realizar para a cidade de Itapiúna?

5. Na questão do meio ambiente o que o Castro pode apresentar para a cidade de Itapiúna?

OBS.: Anotar no verso outros questionamentos se necessário for.

Questionário aplicado por José Edinardo Bezerra Mendes, estudante da UNILAB, do Curso Pós-Graduação de Gestão Pública Municipal, Lato Sensu na Turma 2014.2 matricula nº 2014200482 na data: em _____ de _____ de _____.

Assinatura do Estudante

Assinatura do Entrevisto



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA (UNILAB)**

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPPG
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA
Diretoria de Educação Aberta e a Distância – DEAAD
Coordenação do Curso de Especialização Gestão Pública Municipal – CCEGPM

QUESTIONÁRIO 04

**MONOGRAFIA:
POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE A SECA EM ITAPIÚNA
A ESCASSZES DE ÁGUA NO SERTÃO DE ITAPIÚNA**

OPERAÇÃO CARRO PIPA

FORMULÁRIO DE PESQUISA DE ESTUDO DE CASO

INSTITUIÇÃO:					
CARGO RESPONSÁVEL					
NOME DO RESPONSÁVEL					
CPF		RG		ÓRG. EXPEDIOR	
DATA DE NASCIMENTO			NATURALIDADE		
ENDEREÇO					
CONTATOS	TEL.	E-MAIL:			

QUESTIONAMENTOS

1. Como você vê a importância da implantação da Operação Carro Pipa em Itapiúna?

2. Na sua opinião qual a maior e melhor benfeitoria que a operação Carro Pipa oferece?

3. Como você destaca a Operação Carro Pipa como instrumento de política pública no combate a seca em Itapiúna?

4. Qual o impacto positivo e da operação Carro Pipa em Itapiúna? há algum ponto negativo? Se sim, quais são? e o que deve ser realizado para resolvê-lo(s)?

OBS.: Anotar no verso outros questionamentos se necessário for.

Questionário aplicado por José Edinaldo Bezerra Mendes, estudante da UNILAB, do Curso Pós-Graduação de Gestão Pública Municipal, Lato Sensu na Turma 2014.2 matrícula nº 2014200482 na data: em _____ de _____ de _____.

Assinatura do Estudante

Assinatura do Entrevistado



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA (UNILAB)**

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPPG
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA
Diretoria de Educação Aberta e a Distância – DEAAD
Coordenação do Curso de Especialização Gestão Pública Municipal – CCEGPM

QUESTIONÁRIO 05

**MONOGRAFIA:
POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE A SECA EM ITAPIÚNA
A ESCASSZES DE ÁGUA NO SERTÃO DE ITAPIÚNA**

PROGRAMA ÁGUA PARA TODOS

FORMULÁRIO DE PESQUISA DE ESTUDO DE CASO

INSTITUIÇÃO:			
CARGO RESPONSÁVEL			
NOME DO RESPONSÁVEL			
CPF		RG	ÓRG. EXPEDIOR
DATA DE NASCIMENTO		NATURALIDADE	
ENDEREÇO			
CONTATOS	TEL.	E-MAIL:	

QUESTIONAMENTOS

1. O que é e como funciona o Programa Água Para Todos?

2. Na sua opinião qual a principal dificuldade enfrentado pelo Programa Água p/ Todos?

3. Como você destaca o Programa Água Para Todos como instrumento de política pública no combate a seca no município de Itapiúna?

4. Qual o impacto do programa nível do município de Itapiúna.?

OBS: Demais Informações no verso:

Questionário aplicado por José Edinaldo Bezerra Mendes, estudante da UNILAB, do Curso Pós-Graduação de Gestão Pública Municipal, Lato Sensu na Turma 2014.2 matrícula nº 2014200482 na data: em _____ de _____ de _____.

Assinatura do Estudante

Assinatura do Entrevistado



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA (UNILAB)**

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPPG
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA
Diretoria de Educação Aberta e a Distância – DEAAD
Coordenação do Curso de Especialização Gestão Pública Municipal – CCEGPM

QUESTIONÁRIO 06

**MONOGRAFIA:
POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE A SECA EM ITAPIÚNA
A ESCASSZES DE ÁGUA NO SERTÃO DE ITAPIÚNA**

PROJETO SÃO JOSÉ

FORMULÁRIO DE PESQUISA DE ESTUDO DE CASO

INSTITUIÇÃO:			
CARGO RESPONSÁVEL			
NOME DO RESPONSÁVEL			
CPF	RG	ÓRG. EXPEDIOR	
DATA DE NASCIMENTO	NATURALIDADE		
ENDEREÇO			
CONTATOS	TEL.	E-MAIL:	

QUESTIONAMENTOS

1. O que é e como funciona o Projeto São José?

2. Na sua opinião qual a principal dificuldade enfrentado pelo Projeto São José?

3. Como você destaca o Projeto São José como instrumento de política pública no combate a seca no município de Itapiúna?

4. Qual o impacto do projeto a nível do município de Itapiúna.?

OBS.: Anotar no verso outros questionamentos se necessário for.

Questionário aplicado por José Edinaldo Bezerra Mendes, estudante da UNILAB, do Curso Pós-Graduação de Gestão Pública Municipal, Lato Sensu na Turma 2014.2 matricula nº 2014200482 na data: em _____ de _____ de _____.

Assinatura do Estudante

Assinatura do Entrevistado



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPPG
 Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA
 Diretoria de Educação Aberta e a Distância – DEAAD
 Coordenação do Curso de Especialização Gestão Pública Municipal – CCEGPM

QUESTIONÁRIO 07

MONOGRAFIA:
POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE A SECA EM ITAPIÚNA
A ESCASSZES DE ÁGUA NO SERTÃO DE ITAPIÚNA

PROGRAMA GARANTIA SAFRA

FORMULÁRIO DE PESQUISA DE ESTUDO DE CASO

INSTITUIÇÃO:			
CARGO RESPONSÁVEL			
NOME DO RESPONSÁVEL			
CPF		RG	ÓRG. EXPEDIOR
DATA DE NASCIMENTO		NATURALIDADE	
ENDEREÇO			
CONTATOS	TEL.	E-MAIL:	

QUESTIONAMENTOS

1. O que é e como funciona o Programa Garantia Safra?

2. Na sua opinião qual a principal dificuldade enfrentado pelo Programa Garantia Safra?

3. Como você destaca o Programa Garantia Safra como instrumento de política pública no combate a seca no município de Itapiúna?

4. Qual o impacto do Programa Garantia Safra a nível do município de Itapiúna.?

OBS.: Anotar no verso outros questionamentos se necessário for.

Questionário aplicado por José Edinardo Bezerra Mendes, estudante da UNILAB, do Curso Pós-Graduação de Gestão Pública Municipal, Lato Sensu na Turma 2014.2 matricula nº 2014200482 na data: em _____ de _____ de _____.

 Assinatura do Estudante

 Assinatura do Entrevistado



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA (UNILAB)**

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPPG
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA
Diretoria de Educação Aberta e a Distância – DEAAD
Coordenação do Curso de Especialização Gestão Pública Municipal – CCEGPM

QUESTIONÁRIO 08

MONOGRAFIA:

**POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE A SECA EM ITAPIÚNA
A ESCASSZES DE ÁGUA NO SERTÃO DE ITAPIÚNA**

PROGRAMAS DIVERSOS EM ITAPIÚNA – SECRETÁRIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL

FORMULÁRIO DE PESQUISA DE ESTUDO DE CASO

INSTITUIÇÃO:					
CARGO RESPONSÁVEL					
NOME DO RESPONSÁVEL					
CPF		RG		ÓRG. EXPEDIOR	
DATA DE NASCIMENTO			NATURALIDADE		
ENDEREÇO					
CONTATOS	TEL.	E-MAIL:			

QUESTIONAMENTOS

1. Como você vê a aplicação das políticas públicas contra a seca em Itapiúna?

2. Na sua opinião qual seria a maior e melhor política pública contra a seca em Itapiúna?

3. O que se pode fazer para melhorar o funcionamento das ações contra a seca no Sentido de desenvolvimento na geração de emprego e renda e na qualidade de vida?

4. Quais as principais funções estratégicas dessa secretária com política pública no combate aos efeitos da seca em Itapiúna?

OBS.: Anotar no verso outros questionamentos se necessário for.

Questionário aplicado por José Edinaldo Bezerra Mendes, estudante da UNILAB, do Curso Pós-Graduação de Gestão Pública Municipal, Lato Sensu na Turma 2014.2 matricula nº 2014200482 na data: em _____ de _____ de _____.

Assinatura do Estudante

Assinatura do Entrevisto



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA (UNILAB)**

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPPG

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA

Diretoria de Educação Aberta e a Distância – DEAAD

Coordenação do Curso de Especialização Gestão Pública Municipal – CCEGPM

QUESTIONÁRIO 09

MONOGRAFIA:

**POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE A SECA EM ITAPIÚNA
A ESCASSZES DE ÁGUA NO SERTÃO DE ITAPIÚNA**

DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS

FORMULÁRIO DE PESQUISA DE ESTUDO DE CASO

INSTITUIÇÃO:			
CARGO RESPONSÁVEL			
NOME DO RESPONSÁVEL			
CPF		RG	ÓRG. EXPEDIOR
DATA DE NASCIMENTO		NATURALIDADE	
ENDEREÇO			
CONTATOS	TEL.	E-MAIL:	

QUESTIONAMENTOS

1. Como você vê a aplicação das políticas públicas do DNOCS contra a seca em Itapiúna?

2. Na sua opinião qual seria a maior e melhor política pública contra a seca em Itapiúna?

3. O que se pode fazer para melhorar o funcionamento das ações contra a seca no sentido de desenvolvimento na geração de emprego e renda e na qualidade de vida?

4. Quais as principais funções estratégicas do DNOCS com política pública no combate aos efeitos da seca em Itapiúna?

OBS.: Anotar no verso outros questionamentos se necessário for.

Questionário aplicado por José Edinardo Bezerra Mendes, estudante da UNILAB, do Curso Pós-Graduação de Gestão Pública Municipal, Lato Sensu na Turma 2014.2 matricula nº 2014200482 na data: em _____ de _____ de _____.

Assinatura do Estudante

Assinatura do Entrevistado



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA (UNILAB)**

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPPG
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA
Diretoria de Educação Aberta e a Distância – DEAAD
Coordenação do Curso de Especialização Gestão Pública Municipal – CCEGPM

QUESTIONÁRIO 10

**MONOGRAFIA:
POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE A SECA EM ITAPIÚNA
A ESCASSZES DE ÁGUA NO SERTÃO DE ITAPIÚNA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

FORMULÁRIO DE PESQUISA DE ESTUDO DE CASO

INSTITUIÇÃO:					
CARGO RESPONSÁVEL					
NOME DO RESPONSÁVEL					
CPF		RG		ÓRG. EXPEDIOR	
DATA DE NASCIMENTO			NATURALIDADE		
ENDEREÇO					
CONTATOS	TEL.	E-MAIL:			

QUESTIONAMENTOS

1. Como você vê a aplicação das políticas públicas do M.A. contra a seca em Itapiúna?

2. Na sua opinião qual seria a maior e melhor política pública de M.A. contra a seca em Itapiúna?

3. O que se pode fazer para melhorar o funcionamento das ações contra a seca no sentido de desenvolvimento na geração de emprego e renda considerando o M.A. e na qualidade de vida?

4. Quais as principais funções estratégicas desse órgão no sentido de trabalhar a preservação do Açude Castro?

5. O que a sec. de M.A. tem feito para ajudar Itapiúna no combate a seca?

OBS.: Anotar no verso outros questionamentos se necessário for.

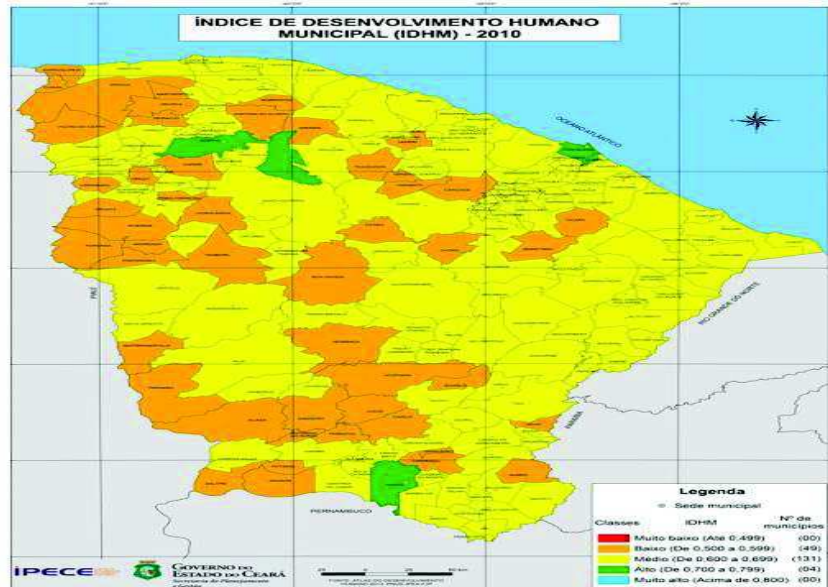
Questionário aplicado por José Edinaldo Bezerra Mendes, estudante da UNILAB, do Curso Pós-Graduação de Gestão Pública Municipal, Lato Sensu na Turma 2014.2 matrícula nº 2014200482 na data: em _____ de _____ de _____.

Assinatura do Estudante

Assinatura do Entrevistado

ANEXOS

Figura 33
Demonstrativos do IDH dos municípios cearenses.



Fonte: IPECE

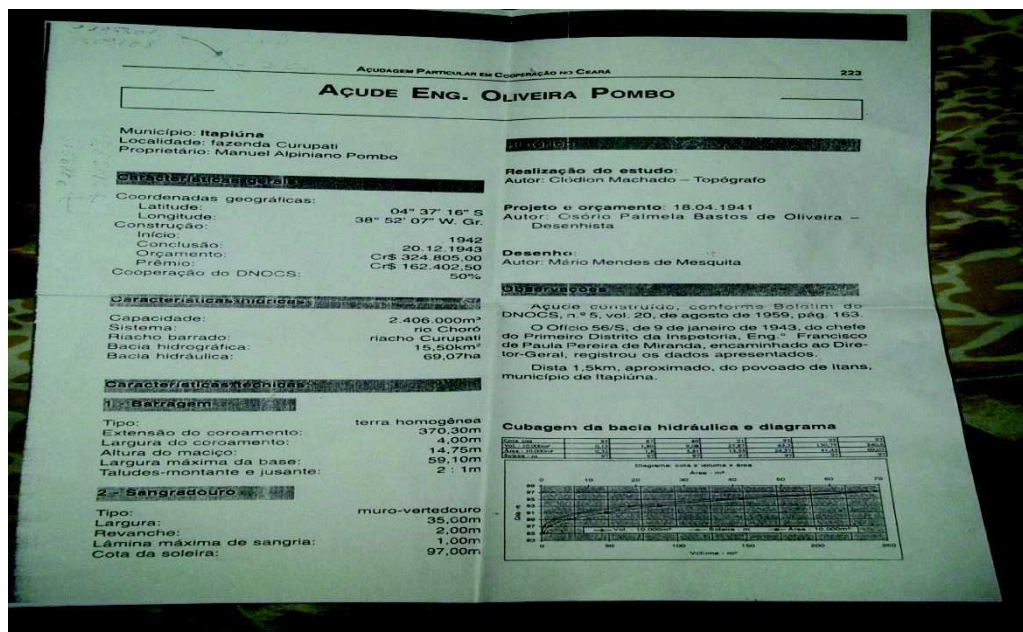
Disponível em: www.ipece.ce.gov.br. Acessado em: 02 jul. 2015

Figura 34
Demonstrativo de reservas acumuladas nas bacias hidrográficas de água no Ceará em 24/08/2015,

	Capac. (hm ³)	Vol. atual (hm ³)	Vol. perc. (%)	
▶ Acaraú	1.754,51 hm ³	215,66 hm ³	12,29 %	
▶ Alto Jaguaribe	2.835,05 hm ³	959,66 hm ³	33,85 %	
▶ Baixo Jaguaribe	24,00 hm ³	0,21 hm ³	0,88 %	
▶ Banabuiú	2.776,50 hm ³	124,44 hm ³	4,48 %	
▶ Coreaú	307,73 hm ³	98,19 hm ³	31,91 %	
▶ Curu	1.028,16 hm ³	42,43 hm ³	4,13 %	
▶ Litoral	216,77 hm ³	83,73 hm ³	38,63 %	
▶ Médio Jaguaribe	7.396,14 hm ³	1.164,99 hm ³	15,75 %	
▶ Metropolitana	1.400,84 hm ³	424,01 hm ³	30,27 %	
▶ Salgado	489,99 hm ³	101,12 hm ³	20,64 %	
▶ Serra da Ibiapaba	141,00 hm ³	31,16 hm ³	22,10 %	
▶ Sertões de Crateús	446,07 hm ³	12,11 hm ³	2,71 %	
Estado	*Qnt	Capac. (hm³)	Vol. atual (hm³)	Vol. perc. (%)
Ceará	153	18.813,0	3.254,0	17,3

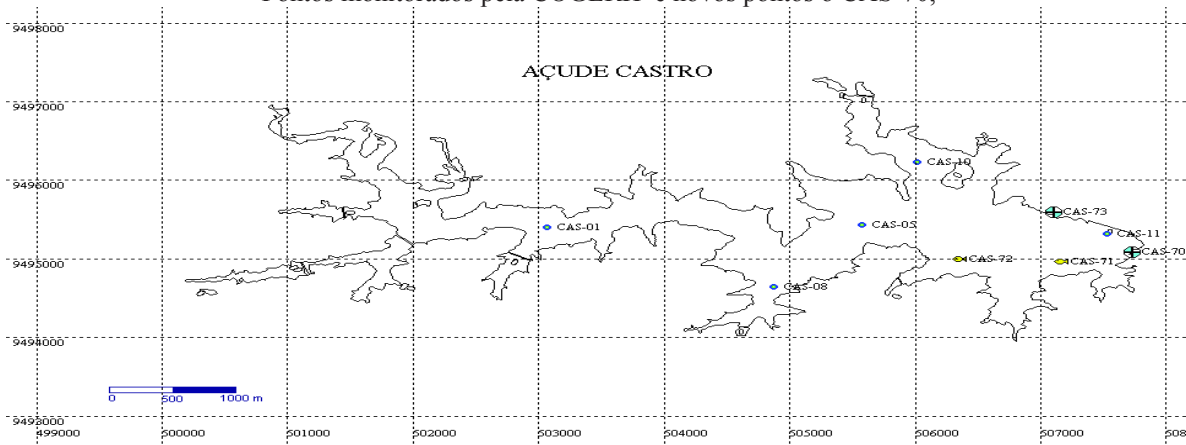
Fonte: Porta Hidrológico COGERH e FUCEME. Disponível em hidro.ce.gov.br.
Acessado em 02/ jul/2015 e em

Figura 35
Relatório documental do Açude Curupati



Fonte: Associação dos Pequenos Agricultores do Assentamento Curupati

Figura 36
Pontos monitorados pela COGERH e novos pontos o CAS-70,



Fonte: Inventário do Açude Castro, agosto de 2007

Figura 37
Relatório de dados básicos de Itapiúna

População estimada 2014 ⁽¹⁾	19.570
População 2010	18.626
Área da unidade territorial (km²)	588,699
Densidade demográfica (hab/km²)	31,64
Código do Município	2306504
Gentílico	itapiunense
Prefeito	
LUIS CAVALCANTE DE FREITAS	

Fonte: <http://www.cptec.inpe.br/>

Figura 38
Luwton Augustinho Lemos Técnico em
Tecnologia e Pesquisador da Universidade Holandesa NHL



Fonte: <http://www.fuceme.br>>

Figura 39
Reunião com o Delegado do MDA no Sindicato Rural de Itapiúna sobre políticas públicas de combate a seca



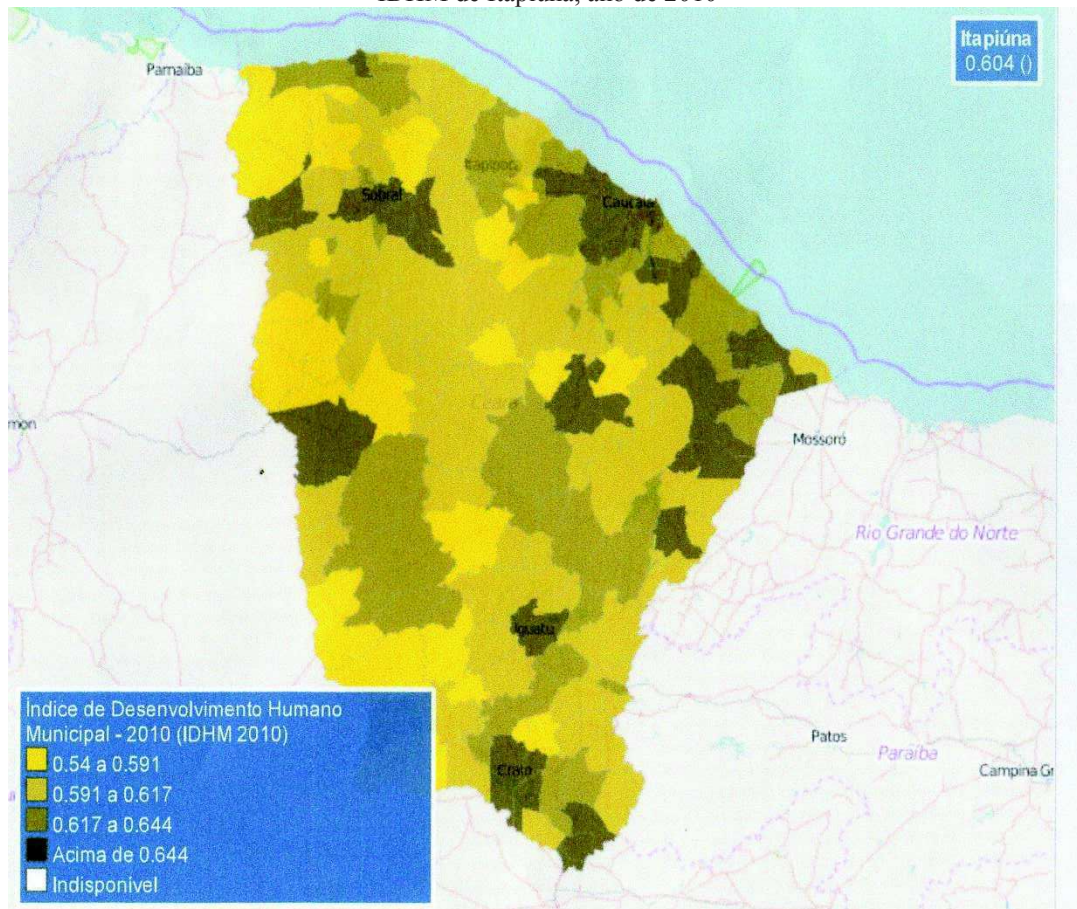
Fonte: sdritapiuna.blogspot.com.br

Figura 40
Reunião com o Delegado do MDA no Sindicato Rural de Itapiúna sobre políticas públicas de combate a seca



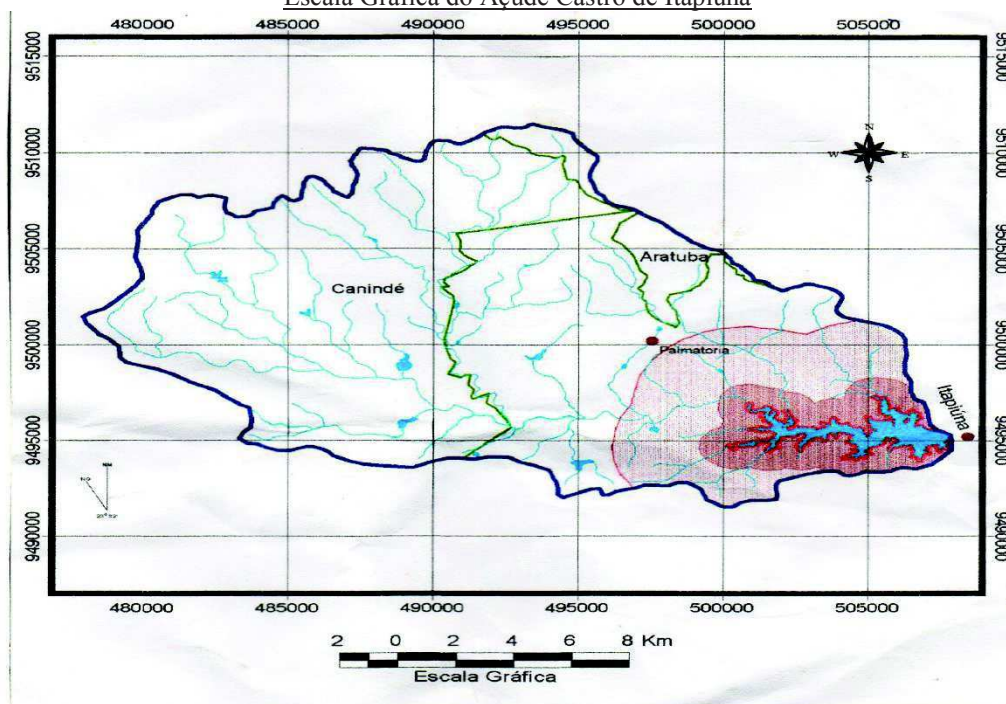
Fonte: sdritapiuna.blogspot.com

Figura 41
IDHM de Itapiúna, ano de 2010



Fonte: IPECE

Figura 42
Escala Gráfica do Açude Castro de Itapiúna



Fonte: Inventário Ambiental 2007 do Açude Castro



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIÚNA
 Av. São Cristóvão, Nº 215, Centro – Itapiúna-Ce / CEP: 62740-000
 FONE/FAX: (88)3431.1306 – 3431.1210 - CNPJ: 07.387.509/0001-88

DECRETO Nº 008/2015

Itapiúna, 06 de Maio de 2015.

Declara **Situação de Emergência** nas áreas do Município de ITAPIÚNA – CE, afetadas por **ESTIAGEM – COBRADE, 1.4.1.1.0** conforme **IN/MI 01/2012**.

O Senhor LUIS CAVALCANTE DE FREITAS, Prefeito do município de Itapiúna, localizado no estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com fundamento na Lei Federal nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010 e no inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012.

CONSIDERANDO:

I – Que o desastre decorreu da escassez de chuvas entre janeiro de 2012 a Maio de 2015, incluindo o período historicamente considerado como quadra chuvosa no município, tendo registrado nesse período apenas 2,246mm bem abaixo da média histórica, que é de 3,936 conforme dados da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME). Em consequência disso verificou-se uma perda na produção agrícola no município até o ano de 2014, não sendo possível ainda colher a safra deste ano, conforme relatório da Empresa de Extensão Rural e Assistência Técnica (EMATERCE). Também registraram-se no ano de 2014 perdas consideráveis na atividade pecuária provocando a venda de rebanho bovinos, ovinos e caprinos e outros, a preços abaixo do mercado devido a falta de água e alimentação para os animais. Registrou-se também a redução das águas do Açude Castro, reservatório que abastece o município e que embora tenha chovido no município, não foi possível ocorrer a recarga, se encontrando no momento com 8% de sua capacidade, segundo dados da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH), que monitora a reservatório. O baixo nível do lençol freático dificulta também a captação de água dos poços profundos.

II - O desastre atingiu a todas as localidades rurais do Município de Itapiúna – Ceará.

III – Que em decorrência dos seguintes danos, os dados humanos (afetados) referem-se a população com dificuldades de acesso a água potável para consumo, bem como a alimentos básicos, em consequências das perdas agrícolas de 2015.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIÚNA

Av. São Cristóvão, Nº 215, Centro – Itapiúna-Ce / CEP: 62740-000
FONE/FAX: (88)3431.1306 – 3431.1210 - CNPJ: 07.387.509/0001-88

IV – Que o parecer da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC), relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de **Situação de Emergência**.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada **Situação de Emergência** nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como **ESTIAGEM – COBRADE 1.4.1.1.0 conforme IN/MI nº 01/2012**.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC), nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação do (a) Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC).


Art. 4º. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 6º. Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapiúna, aos 06 dias do mês de maio de 2015.


Luís Cavalcante de Freitas
Prefeito Municipal

CRÉDITO SUPLEMENTAR - INDIRETAS

Ação:	19974	Ampliação do Acesso à Informação e Serviços por Meio da Infraestrutura do Cinturão Digital do Ceará e da GIGA FOR						
Região:	03	SOBRAL/IBIAPABA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			INVESTIMENTOS	76	1	789.495,96		
			Total da Unidade Orçamentária:			789.495,96		
			Total do Órgão:			789.495,96		
Órgão:	46200006	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ						
Unid. Orçamentária:	46200006	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ						
Função.Subfunção.Programa:	16.482.020	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO ESTADUAL						
Ação:	21418	Regularização Fundiária e Titularização da Propriedade dos Imóveis Edificados pela COHAB-CE						
Região:	01	REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10	0	476.986,95		
			Total da Unidade Orçamentária:			476.986,95		
			Total do Órgão:			476.986,95		
			Total da Secretaria:			1.266.482,91		
Secretaria:	47000000	SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL						
Órgão:	47200002	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						
Unid. Orçamentária:	47200002	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						
Função.Subfunção.Programa:	08.242.026	ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA						
Ação:	14305	Atendimento Social a Crianças, Adolescentes e Adultos com Deficiência Intelectual (ADOC/ATJ)						
Região:	01	REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10	0	180.000,00		
Função.Subfunção.Programa:	08.243.050	ASSISTÊNCIA SOCIAL						
Ação:	28996	Manutenção das Unidades da Proteção Social Especial - Medidas Socioeducativas						
Região:	01	REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	00	0	21.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:			201.000,00		
			Total do Órgão:			201.000,00		
			Total da Secretaria:			201.000,00		
Secretaria:	56000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO						
Órgão:	56200001	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO CEARÁ						
Unid. Orçamentária:	56200001	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO CEARÁ						
Função.Subfunção.Programa:	22.122.078	INDÚSTRIA, SERVIÇOS, MINERAÇÃO E AGRONEGÓCIO						
Ação:	15744	Reconstrução e Reforma de Imóveis da CODECE						
Região:	02	LITORAL OESTE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			INVESTIMENTOS	70	1	300.000,00		
Função.Subfunção.Programa:	22.122.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SDE						
Ação:	28510	Manutenção e Funcionamento - CODECE						
Região:	22	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	70	1	6.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:			306.000,00		
			Total do Órgão:			306.000,00		
			Total da Secretaria:			306.000,00		
			Total do Movimento:			93.243.465,03		



*** **

DECRETO Nº31.808, 22 de outubro de 2015.

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, AS ÁREAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ AFETADAS PELA SECA – COBRADE: 1.4.1.2.0, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art.88, inciso IV e XIX, da Constituição do Estado, com fundamento na Lei Federal nº12.340, de 1º de dezembro de 2010, na Lei Federal nº12.608, de 10 de abril de 2012, no Decreto Federal nº7.257, de 4 de agosto de 2010, e na Instrução Normativa nº1, de 24 de agosto de 2012 do Ministério da Integração Nacional, que trata dos procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública. Considerando o agravamento dos efeitos negativos decorrentes do desastre seca, que vem acometendo o estado desde o ano de 2012; Considerando a irregularidade significativa na quantidade das chuvas no território do estado do Ceará, ocasionando insuficiência na recarga dos mananciais, comprometendo o armazenamento de água e causando sérios problemas no abastecimento para o consumo humano e animal; Considerando que os prejuízos públicos e privados contabilizados nos municípios, registrados no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres, atendem aos requisitos mínimos definidos em norma, caracterizando uma situação de emergência; Considerando competir ao Estado a preservação do bem estar da população, bem como a implementação de atividades socioeconômicas nas regiões atingidas por eventos adversos causadores de desastres, para, em regime de cooperação, combater e minimizar os efeitos das situações emergenciais; Considerando o Parecer Técnico favorável nº04/2015, datado de 21 de outubro de 2015, da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – CEDEC/Corpo de Bombeiros Militar do Ceará – CBMCE; DECRETA:

Art.1º – Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre crônico, gradual e previsível, caracterizada como SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, nos municípios constantes no Anexo Único deste decreto.

Parágrafo Único - Esta situação de anormalidade é válida para as áreas dos municípios constantes no Anexo Único deste Decreto, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme Formulário de Informações do Desastre – FIDE, integrante do processo de declaração de Situação de Emergência dos referidos Municípios.

Art.2º - Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil no âmbito do Estado, para prestar apoio complementar aos Municípios atingidos, mediante articulação com todas as setoriais do Governo Estadual, Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – CEDEC e Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – SEDEC.

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art.4º – Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 22 de outubro de 2015.

Camilo Sobreira de Santana
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Delci Carlos Teixeira

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº31.808, 22 DE OUTUBRO DE 2015

MUNICÍPIOS:

1. Abaiara
2. Acaraú
3. Acopiara
4. Aiubá
5. Alcântaras

MUNICÍPIOS:

6. Alto Santo
 7. Amontada
 8. Antonina do Norte
 9. Apuiarés
 10. Aracati
 11. Aracoiaba
 12. Ararendá
 13. Araripe
 14. Aratuba
 15. Arneiroz
 16. Assaré
 17. Aurora
 18. Baixio
 19. Banabuiú
 20. Barreira
 21. Barro
 22. Barroquinha
 23. Baturité
 24. Beberibe
 25. Bela Cruz
 26. Boa Viagem
 27. Brejo Santo
 28. Camocim
 29. Campos Sales
 30. Canindé
 31. Capistrano
 32. Caridade
 33. Cariré
 34. Caririáçu
 35. Cariús
 36. Carnaubal
 37. Cascavel
 38. Catarina
 39. Catunda
 40. Caucaia
 41. Cedro
 42. Chaval
 43. Choró
 44. Chorozinho
 45. Coreaú
 46. Crateús
 47. Croatá
 48. Deputado Irapuan Pinheiro
 49. Ererê
 50. Farias Brito
 51. Forquilha
 52. Fortim
 53. Frecheirinha
 54. General Sampaio
 55. Graça
 56. Granja
 57. Groairas
 58. Guaraciaba do Norte
 59. Hidrolândia
 60. Ibaretama
 61. Ibiapina
 62. Ibicuitinga
 63. Icó
 64. Iguatu
 65. Independência
 66. Ipaoranga
 67. Ipaumirim
 68. Ipú
 69. Iracema
 70. Irauçuba
 71. Itapiúna
 72. Itatira
 73. Jaguaretama
 74. Jaguaribe
 75. Jaguaribara
 76. Jaguaruana
 77. Jardim
 78. Jati
 79. Jucás
 80. Lavras da Mangabeira
 81. Limoeiro do Norte

MUNICÍPIOS:

83. Marco
 84. Mauriti
 85. Meruoca
 86. Milagres
 87. Milhã
 88. Miraima
 89. Missão Velha
 90. Mombaça
 91. Monsenhor Tabosa
 92. Morada Nova
 93. Morrinhos
 94. Mucambo
 95. Mulungu
 96. Nova Olinda
 97. Nova Russas
 98. Novo Oriente
 99. Ocara
 100. Orós
 101. Pacajus
 102. Pacatuba
 103. Pacujá
 104. Palhano
 105. Palmácia
 106. Parambu
 107. Paramoti
 108. Pedra Branca
 109. Penaforte
 110. Pentecoste
 111. Pereiro
 112. Pindoretama
 113. Piquet Carneiro
 114. Pires Ferreira
 115. Porteirás
 116. Potengi
 117. Potiretama
 118. Quitéria
 119. Quixadá
 120. Quixelô
 121. Quixeramobim
 122. Quixerê
 123. Redenção
 124. Reriutaba
 125. Saboeiro
 126. Salitre
 127. Santa Quitéria
 128. Santana do Acaraú
 129. Santana do Cariri
 130. São Benedito
 131. São Gonçalo do Amarante
 132. São João do Jaguaribe
 133. São Luís do Curu
 134. Senador Pompeu
 135. Sobral
 136. Solonópole
 137. Tabuleiro do Norte
 138. Tamboril
 139. Tarrafas
 140. Tauá
 141. Tejuçuoca
 142. Tururu
 143. Ubajara
 144. Umari
 145. Umirim
 146. Uruburetama
 147. Uruoca
 148. Varjota
 149. Várzea Alegre
 150. Viçosa do Ceará

*** **

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no caput do Art.12 da Lei nº12.786, de 30 de dezembro de 1997, com redação dada pela Lei nº15.465, de 22 de novembro de 2013 e considerando o Decreto Legislativo Nº525 de 1º de outubro 2015, da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, resolve NOMEAR o Dr. **HÉLIO WINSTON**





Editoração Casa Civil
CEARÁ
 DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 20 de novembro de 2012

SÉRIE 3 ANO IV N°219

Caderno Único

Preço: R\$ 5,50

PODER EXECUTIVO

DECRETO N°31.053, 19 de novembro de 2012.

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, AS ÁREAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ AFETADAS PELA ESTIAGEM – COBRADE: 1.4.1.1.0, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art.88, inciso IV e XIX, da Constituição do Estado, com fundamento na Lei Federal nº12.340, de 1º de dezembro de 2010, na Lei Federal nº12.608, de 10 de abril de 2012, no Decreto Federal nº7.257, de 4 de agosto de 2010, e na Instrução Normativa nº1, de 24 de agosto de 2012, que trata dos procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública, Considerando o agravamento da situação de emergência decorrente do desastre estiagem declarada através do Decreto Estadual nº30.922, de 28 de maio de 2012, publicado no D.O.E. do dia 29 de maio de 2012 e prorrogada pelo Decreto Estadual nº30.984, de 23 de agosto de 2012, publicado no D.O.E. do dia 27 de agosto de 2012; Considerando competir ao Estado à preservação do bem estar da população, bem como a implementação de atividades socioeconômicas nas regiões atingidas por eventos adversos causadores de desastres, para, em regime de cooperação, combater e minimizar os efeitos das situações emergenciais; Considerando a irregularidade significativa na quantidade e na distribuição temporal e espacial das chuvas no território do Estado do Ceará e o registro de elevadas temperaturas que vêm comprometendo o armazenamento de água, causando sérios problemas no abastecimento para o consumo humano e animal, ocasionando perdas das pastagens e lavouras, contribuindo para intensificar as dificuldades econômicas e comprometendo o padrão de qualidade de vida da população; Considerando o Parecer Técnico favorável nº50/2012, datado de 21 de novembro de 2012, da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – CEDEC/Corpo de Bombeiros Militar do Ceará – CBMCE; DECRETA:

Art.1º - Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre crônico, gradual e previsível, caracterizada como SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, nos municípios constantes no Anexo Único deste Decreto;

Parágrafo Único - Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas dos municípios constantes no Anexo Único deste Decreto, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme Formulário de Informações sobre Desastres – FIDE, integrante do processo de declaração de Situação de Emergência dos referidos municípios.

Art.2º - Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil no âmbito do Estado, para prestar apoio complementar aos municípios atingidos, mediante articulação com todas as Setoriais do Governo Estadual e a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – CEDEC.

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias, a contar do primeiro dia posterior ao fim do prazo estabelecido pelo Decreto Estadual nº30.984, de 23 de agosto de 2012.

Parágrafo Único - O prazo de vigência deste decreto poderá ser prorrogado até completar 180 (cento e oitenta) dias.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 19 de novembro de 2012.

Cid Ferreira Gomes

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Francisco José Bezerra Rodrigues

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O DECRETO N°31.053, DE 19 DE NOVEMBRO 2012

MUNICÍPIOS:

1. ABAIARA
2. ACARAPE
3. ACARAU
4. ACOPIARA
5. AIUABA
6. ALCÂNTARAS
7. ALTANEIRA
8. ALTO SANTO
9. AMONTADA
10. ANTONINA DO NORTE
11. APUIARÉS
12. ARACATI
13. ARACOIABA
14. ARARENDÁ
15. ARARIPE
16. ARATUBA
17. ARNEIROZ
18. ASSARÉ
19. AURORA
20. BAIXIO
21. BANABUTÚ
22. BARREIRA
23. BARRO
24. BARROQUINHA
25. BATURITÉ
26. BEBERIBE
27. BELA CRUZ
28. BOA VIAGEM
29. BREJO SANTO
30. CAMOCIM
31. CAMPOS SALES
32. CANINDÉ
33. CAPISTRANO
34. CARIDADE
35. CARIRÉ
36. CARIRIAÇU
37. CARIÚS
38. CARNAUBAL
39. CASCATEL
40. CATARINA
41. CATUNDA
42. CAUCAIA
43. CEDRO
44. CHAVAL
45. CHORÓ
46. CHOROZINHO
47. COREAÚ
48. CRATEÚS
49. CRATO
50. CROATÁ
51. CRUZ
52. DEP. IRAPUAN PINHEIRO
53. ERERÉ
54. FARIAS BRITO
55. FORQUILHA
56. FORTIM
57. FRECHEIRINHA
58. GENERAL SAMPAIO
59. GRAÇA
60. GRANJA
61. GRANJEIRO
62. GROAÍRAS
63. GUAIBUBA

<p>Governador CID FERREIRA GOMES Vice - Governador DOMINGOS GOMES DE AGUIAR FILHO Gabinete do Governador DANILO GURGEL SERPA Gabinete do Vice-Governador IRAPUAN DINIZ DE AGUIAR JÚNIOR Casa Civil ARIALDO DE MELLO PINHO Casa Militar JOEL COSTA BRASIL Procuradoria Geral do Estado FERNANDO ANTÔNIO COSTA DE OLIVEIRA Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado JOÃO ALVES DE MELO Conselho Estadual de Educação EDGAR LINHARES LIMA Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico IVAN RODRIGUES BEZERRA Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente PAULO HENRIQUE ELLERY LUSTOSA DA COSTA Secretaria das Cidades CAMILO SOBREIRA DE SANTANA Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior RENÉ TEIXEIRA BARREIRA Secretaria da Cultura FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO Secretaria do Desenvolvimento Agrário JOSÉ NELSON MARTINS DE SOUSA</p>	<p>Secretaria da Educação MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO Secretaria Especial da Copa 2014 FERRUCCIO PETRI FEITOSA Secretaria do Esporte ESMERINO OLIVEIRA ARRUDA COELHO JÚNIOR Secretaria da Fazenda CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO Secretaria da Infraestrutura FRANCISCO ADAIL DE CARVALHO FONTENELE Secretaria da Justiça e Cidadania MARIANA LOBO BOTELHO ALBUQUERQUE Secretaria da Pesca e Aquicultura RICARDO NOGUEIRA CAMPOS FERREIRA Secretaria do Planejamento e Gestão ANTÔNIO EDUARDO DIOGO DE SIQUEIRA FILHO Secretaria dos Recursos Hídricos CÉSAR AUGUSTO PINHEIRO Secretaria da Saúde RAIMUNDO JOSÉ ARRUDA BASTOS Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social FRANCISCO JOSÉ BEZERRA RODRIGUES Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social EVANDRO SÁ BARRETO LEITÃO Secretaria do Turismo BISMARCK COSTA LIMA PINHEIRO MAIA Defensoria Pública Geral ANDRÉA MARIA ALVES COELHO Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário SERVILHO SILVA DE PAIVA</p>
---	---

MUNICÍPIOS:

64.	GUARACIABA DO NORTE
65.	HIDROLÂNDIA
66.	IBARETAMA
67.	IBIAPINA
68.	IBICUITINGA
69.	ICAPUÍ
70.	ICÓ
71.	IGUATU
72.	INDEPENDÊNCIA
73.	IPAPORANGA
74.	IPAUMIRIM
75.	IPU
76.	IPUEIRAS
77.	IRACEMA
78.	IRAUÇUBA
79.	ITAIÇABA
80.	ITAJAJÉ
81.	ITAPIPOCA
82.	ITAPIÚNA
83.	ITAREMA
84.	ITATIRA
85.	JAGUARETAMA
86.	JAGUARIBARA
87.	JAGUARIBE
88.	JAGUARUANA
89.	JARDIM
90.	JATI
91.	JIJOCA DE JERICOACOARA
92.	JUCÁS
93.	LAVRAS DA MANGABEIRA
94.	LIMOEIRO DO NORTE
95.	MADALENA
96.	MARACANAÚ
97.	MARANGUAPE
98.	MARCO
99.	MARTINÓPOLE
100.	MASSAPÉ
101.	MAURITI
102.	MERUOCA

MUNICÍPIOS:

103.	MILAGRES
104.	MILHÃ
105.	MIRAÍMA
106.	MISSÃO VELHA
107.	MOMBAÇA
108.	MONSENHOR TABOSA
109.	MORADA NOVA
110.	MORAUJO
111.	MORRINHOS
112.	MUCAMBO
113.	MULUNGU
114.	NOVA OLINDA
115.	NOVARUSSAS
116.	NOVO ORIENTE
117.	OCARA
118.	ORÓS
119.	PACAJUS
120.	PACOTI
121.	PACUJÁ
122.	PALHANO
123.	PALMÁCIA
124.	PARACURU
125.	PARAIPABA
126.	PARAMBU
127.	PARAMOTI
128.	PEDRA BRANCA
129.	PENAFORTE
130.	PENTECOSTE
131.	PEREIRO
132.	PINDORETAMA
133.	PORANGA
134.	PIQUET CARNEIRO
135.	PRES FERREIRA
136.	PORTEIRAS
137.	POTENGI
138.	POTIRETAMA
139.	QUITERIANÓPOLIS
140.	QUIXADÁ
141.	QUIXELÔ



Editoração Casa Civil

CEARÁ

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 22 de fevereiro de 2013

SÉRIE 3 ANO V N°036

Caderno 1/2

Preço: R\$ 5,50

PODER EXECUTIVO

DECRETO N°31.128, 20 de fevereiro de 2013.

PRORROGA A SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, NAS ÁREAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ AFETADOS PELA ESTIAGEM – COBRADE: 1.4.1.1.0, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art.88, inciso IV e XIX, da Constituição do Estado, com fundamento na Lei Federal n°12.340, de 1° de dezembro de 2010, na Lei Federal n°12.608, de 10 de abril de 2012, no Decreto Federal n°7.257, de 4 de agosto de 2010, e na Instrução Normativa n°1, de 24 de agosto de 2012, Considerando o agravamento da situação de emergência decorrente do desastre estiagem declarada através do Decreto Estadual n°31.053, de 19 de novembro de 2012, publicado no D.O.E. do dia 30 de novembro de 2012; Considerando competir ao Estado à preservação do bem estar da população, bem como a implementação de atividades socioeconômicas nas regiões atingidas por eventos adversos causadores de desastres, para, em regime de cooperação, combater e minimizar os efeitos das situações emergenciais; Considerando a irregularidade significativa na quantidade e na distribuição temporal e espacial das chuvas no território do Estado do Ceará e o registro de elevadas temperaturas que vêm comprometendo o armazenamento de água, causando sérios problemas no abastecimento para o consumo humano e animal, ocasionando perdas das pastagens e lavouras, contribuindo para intensificar as dificuldades econômicas e comprometendo o padrão de qualidade de vida da população; Considerando o Parecer Técnico favorável n°01/2013, de 14 de fevereiro de 2013, da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – CEDEC/Corpo de Bombeiros Militar do Ceará – CBMCE; DECRETA:

Art.1º - Fica prorrogada a situação anormal provocada por desastre e caracterizada como situação de emergência, conforme o que dispunha o Decreto Estadual n°31.053, de 19 de novembro de 2012, nas áreas afetadas pela estiagem nos municípios indicados no Anexo Único deste decreto.

Parágrafo Único - Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas dos municípios constantes no Anexo Único deste Decreto, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme Formulário de Informações sobre Desastres – FIDE, integrante do processo de declaração de Situação de Emergência dos referidos municípios.

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por um prazo de 90 (noventa) dias, a contar do primeiro dia posterior ao fim do prazo estabelecido no decreto citado no artigo 1º.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 20 de fevereiro de 2013.

Cid Ferreira Gomes

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Francisco José Bezerra Rodrigues

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O DECRETO N°31.128, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2013

MUNICÍPIOS:

1. ABAIARA
2. ACARAPE
3. ACARAU
4. ACOPIARA
5. AIUABA
6. ALCÂNTARAS
7. ALTANEIRA
8. ALTO SANTO

MUNICÍPIOS:

9. AMONTADA
10. ANTONINA DO NORTE
11. APUIARÉS
12. ARACATI
13. ARACOIABA
14. ARARENDÁ
15. ARARIPE
16. ARATUBA
17. ARNEIROZ
18. ASSARÉ
19. AURORA
20. BAIXIO
21. BANABUIÚ
22. BARREIRA
23. BARRO
24. BARROQUINHA
25. BATURITÉ
26. BEBERIBE
27. BELA CRUZ
28. BOA VIAGEM
29. BREJO SANTO
30. CAMOCIM
31. CAMPOS SALES
32. CANINDÉ
33. CAPISTRANO
34. CARIDADE
35. CARIRÉ
36. CARIRIAÇU
37. CARIÚS
38. CARNAUBAL
39. CASCAVEL
40. CATARINA
41. CATUNDA
42. CAUCAIA
43. CEDRO
44. CHAVAL
45. CHORÓ
46. CHOROZINHO
47. COREAÚ
48. CRATEÚS
49. CRATO
50. CROATÁ
51. CRUZ
52. DEP. IRAPUAN PINHEIRO
53. ERERÉ
54. FARIAS BRITO
55. FORQUILHA
56. FORTIM
57. FRECHEIRINHA
58. GENERAL SAMPAIO
59. GRAÇA
60. GRANJA
61. GRANJEIRO
62. GROAÍRAS
63. GUAÍUBA
64. GUARACIABA DO NORTE
65. HIDROLÂNDIA
66. IBARETAMA
67. IBIAPINA
68. IBICUITINGA
69. ICAPUÍ
70. ICÓ
71. IGUATU
72. INDEPENDÊNCIA
73. IPAPORANGA

Governador

CID FERREIRA GOMES

Vice - Governador

DOMINGOS GOMES DE AGUIAR FILHO

Gabinete do Governador

DANILO GURGEL SERPA

Gabinete do Vice-Governador

IRAPUAN DINIZ DE AGUIAR JÚNIOR

Casa Civil

ARIALDO DE MELLO PINHO

Casa Militar

JOEL COSTA BRASIL

Procuradoria Geral do Estado

FERNANDO ANTÔNIO COSTA DE OLIVEIRA

Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado

JOÃO ALVES DE MELO

Conselho Estadual de Educação

EDGAR LINHARES LIMA

Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico

ALEXANDRE PEREIRASILVA

Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente

PAULO HENRIQUE ELLERY LUSTOSA DA COSTA

Secretaria das Cidades

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior

RENÉ TEIXEIRA BARREIRA

Secretaria da Cultura

FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

JOSÉ NELSON MARTINS DE SOUSA

Secretaria da Educação

MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO

Secretaria Especial da Copa 2014

FERRUCCIO PETRI FEITOSA

Secretaria do Esporte

ESMERINO OLIVEIRA ARRUDA COELHO JÚNIOR

Secretaria da Fazenda

CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO

Secretaria da Infraestrutura

FRANCISCO ADAIL DE CARVALHO FONTENELE

Secretaria da Justiça e Cidadania

MARIANA LOBO BOTELHO ALBUQUERQUE

Secretaria da Pesca e Aquicultura

RICARDO NOGUEIRA CAMPOS FERREIRA

Secretaria do Planejamento e Gestão

ANTÔNIO EDUARDO DIOGO DE SIQUEIRA FILHO

Secretaria dos Recursos Hídricos

CÉSAR AUGUSTO PINHEIRO

Secretaria da Saúde

RAIMUNDO JOSÉ ARRUDA BASTOS

Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social

FRANCISCO JOSÉ BEZERRA RODRIGUES

Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

EVANDRO SÁ BARRETO LEITÃO

Secretaria do Turismo

BISMARCK COSTA LIMA PINHEIRO MAIA

Defensoria Pública Geral

ANDRÉA MARIA ALVES COELHO

Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário

SERVILHO SILVA DE PAIVA

MUNICÍPIOS:

74. IPAUMIRIM
75. IPU
76. IPUEIRAS
77. IRACEMA
78. IRAUCUBA
79. ITAIÇABA
80. ITAPAJÉ
81. ITAPIPOCA
82. ITAPIÚNA
83. ITAREMA
84. ITATIRA
85. JAGUARETAMA
86. JAGUARIBARA
87. JAGUARIBE
88. JAGUARUANA
89. JARDIM
90. JATI
91. JIJOCA DE JERICOACOARA
92. JUCÁS
93. LAVRAS DA MANGABEIRA
94. LIMOEIRO DO NORTE
95. MADALENA
96. MARACANAÚ
97. MARANGUAPE
98. MARCO
99. MARTINÓPOLE
100. MASSAPÉ
101. MAURITI
102. MERUOCA
103. MILAGRES
104. MILHÃ
105. MIRAÍMA
106. MISSÃO VELHA
107. MOMBAÇA
108. MONSENHOR TABOSA
109. MORADA NOVA
110. MORAUJO
111. MORRINHOS
112. MUCAMBO

MUNICÍPIOS:

113. MULUNGU
114. NOVA OLINDA
115. NOVA RUSSAS
116. NOVO ORIENTE
117. OCARA
118. ORÓS
119. PACAJUS
120. PACOTI
121. PACUJÁ
122. PALHANO
123. PALMÁCIA
124. PARACURU
125. PARAIPABA
126. PARAMBU
127. PARAMOTI
128. PEDRA BRANCA
129. PENAFORTE
130. PENTECOSTE
131. PEREIRO
132. PINDORETAMA
133. PORANGA
134. PIQUET CARNEIRO
135. PIRES FERREIRA
136. PORTEIRAS
137. POTENGI
138. POTIRETAMA
139. QUITERIANÓPOLIS
140. QUIXADÁ
141. QUIXELÓ
142. QUIXERAMOBIM
143. QUIXERÉ
144. REDENÇÃO
145. RERIUTABA
146. RUSSAS
147. SABOIEIRO
148. SALITRE
149. SANTA QUITÉRIA
150. SANTANA DO ACARAÚ
151. SANTANA DO CARIRI



Editoração Casa Civil
CEARÁ
 DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 22 de maio de 2013

SÉRIE 3 ANO V N°094

Caderno 1/2

Preço: R\$ 5,50

PODER EXECUTIVO

LEI N°15.353, de 21 de maio de 2013.

AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA EXECUÇÃO DE PROGRAMAS EM PARceria COM PESSOAS JURÍDICAS DO SETOR PRIVADO OU PESSOAS FÍSICAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ. Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica autorizada a transferência de recursos até o montante de R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais) para a execução do programa: 035 – COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Parágrafo único. A definição dos parceiros deve ser precedida de seleção de planos de trabalho, nos termos da Lei Estadual nº15.203, de 19 de julho de 2012, alterada pela Lei Estadual nº15.262, de 28 de dezembro de 2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013).

Art.2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias da Secretaria da Casa Civil, que serão suplementadas, se insuficientes.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 21 de maio de 2013.

Cid Ferreira Gomes

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Arialdo de Mello Pinho

SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL

João Alves de Melo

CONTROLADOR E OUVIDOR GERAL DO ESTADO

*** **

DECRETO N°31.214, 21 de maio de 2013.

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, AS ÁREAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ AFETADAS PELA SECA – COBRADE: 1.4.1.2.0, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art.88, inciso IV e XIX, da Constituição do Estado, com fundamento na Lei Federal nº12.340, de 1º de dezembro de 2010; na Lei Federal nº12.608, de 10 de abril de 2012; no Decreto Federal nº7.257, de 4 de agosto de 2010; e na Instrução Normativa nº1, de 24 de agosto de 2012, que trata dos procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública; Considerando o quadro de estiagem configurado no Estado do Ceará desde maio de 2012, com consequente Situação de Emergência declarada pelos Decretos Estaduais nº30.922, de 28 de maio de 2012; nº30.984, de 23 de agosto de 2012; nº31.053, de 19 de novembro de 2012; e nº31.128, de 20 de fevereiro de 2013; Considerando a irregularidade significativa na quantidade e na distribuição temporal e espacial das chuvas no território do Estado do Ceará e o registro de elevadas temperaturas que vêm comprometendo o armazenamento de água, causando sérios problemas no abastecimento para o consumo humano e animal, ocasionando perdas das pastagens e lavouras, contribuindo para intensificar as dificuldades econômicas e comprometendo o padrão de qualidade de vida da população; Considerando que o Parecer Técnico nº02/2013, de 15 de maio de 2013, da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, é favorável à declaração de Situação de Emergência; DECRETA:

Art.1º. Fica declarada SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nos municípios do Estado do Ceará contidos no Anexo Único deste Decreto em virtude do desastre codificado e tipificado, respectivamente, como: 1.4.1.2.0 - SECA;

Parágrafo Único - Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas dos municípios comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme Formulários de Informações sobre Desastres – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto.

Art.2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos estaduais para atuarem sob a articulação e coordenação da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará nas ações de resposta ao desastre e reabilitação dos cenários afetados.

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar do primeiro dia posterior ao fim do prazo estabelecido pelo Decreto Estadual nº31.128, de 20 de fevereiro de 2013.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 21 de maio de 2013.

Cid Ferreira Gomes

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Francisco José Bezerra Rodrigues

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O DECRETO N°31.214, DE 21 DE MAIO 2013

MUNICÍPIOS:

1. Abaiara
2. Acarape
3. Acaraú
4. Acopiara
5. Aiuaba
6. Alcântaras
7. Altaneira
8. Alto Santo
9. Amontada
10. Antonina do Norte
11. Apuiarés
12. Aquiraz
13. Aracati
14. Aracoiaba
15. Ararendá
16. Araripe
17. Aratuba
18. Arneiroz
19. Assaré
20. Aurora
21. Baixio
22. Banabuiú
23. Barreira
24. Barro
25. Barroquinha
26. Baturité
27. Beberibe
28. Bela Cruz
29. Boa Viagem
30. Brejo Santo
31. Camocim
32. Campos Sales
33. Canindé
34. Capistrano
35. Caridade
36. Cariré
37. Caririaguá
38. Cariús
39. Carnaubal
40. Cascavel
41. Catarina

Governador

CID FERREIRA GOMES

Vice - Governador

DOMINGOS GOMES DE AGUIAR FILHO

Gabinete do Governador

DANILO GURGEL SERPA

Gabinete do Vice-Governador

IRAPUAN DINIZ DE AGUIAR JÚNIOR

Casa Civil

ARIALDO DE MELLO PINHO

Casa Militar

JOEL COSTA BRASIL

Procuradoria Geral do Estado

FERNANDO ANTÔNIO COSTA DE OLIVEIRA

Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado

JOÃO ALVES DE MELO

Conselho Estadual de Educação

EDGAR LINHARES LIMA

Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico

ALEXANDRE PEREIRA SILVA

Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente

PAULO HENRIQUE ELLERY LUSTOSA DA COSTA

Secretaria das Cidades

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior

RENÉ TEIXEIRA BARREIRA

Secretaria da Cultura

FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

JOSÉ NELSON MARTINS DE SOUSA

Secretaria da Educação

MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO

Secretaria Especial da Copa 2014

FERRUCCIO PETRI FEITOSA

Secretaria do Esporte

ESMERINO OLIVEIRA ARRUDA COELHO JÚNIOR

Secretaria da Fazenda

CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO

Secretaria da Infraestrutura

FRANCISCO ADAIL DE CARVALHO FONTENELE

Secretaria da Justiça e Cidadania

MARIANA LOBO BOTELHO ALBUQUERQUE

Secretaria da Pesca e Aquicultura

RICARDO NOGUEIRA CAMPOS FERREIRA

Secretaria do Planejamento e Gestão

ANTÔNIO EDUARDO DIOGO DE SIQUEIRA FILHO

Secretaria dos Recursos Hídricos

CÉSAR AUGUSTO PINHEIRO

Secretaria da Saúde

RAIMUNDO JOSÉ ARRUDA BASTOS

Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social

FRANCISCO JOSÉ BEZERRA RODRIGUES

Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

EVANDRO SÁ BARRETO LEITÃO

Secretaria do Turismo

BISMARCK COSTA LIMA PINHEIRO MAIA

Defensoria Pública Geral

ANDRÉA MARIA ALVES COELHO

Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública

e Sistema Penitenciário

SERVILHO SILVA DE PAIVA

MUNICÍPIOS:

42. Catunda
43. Caucaia
44. Cedro
45. Chaval
46. Choró
47. Chorozinho
48. Coreaú
49. Cratús
50. Crato
51. Croata
52. Cruz
53. Dep. Irapuan Pinheiro
54. Ererê
55. Farias Brito
56. Forquilha
57. Fortim
58. Frecheirinha
59. General Sampaio
60. Graça
61. Granja
62. Granjeiro
63. Groairas
64. Guaiuba
65. Guaraciaba do Norte
66. Hidrolândia
67. Ibaretama
68. Ibiapina
69. Ibicuitinga
70. Icapuí
71. Icó
72. Iguatu
73. Independência
74. Ipaporanga
75. Ipaumirim
76. Ipú
77. Ipueiras
78. Iracema

MUNICÍPIOS:

79. Irauçuba
80. Itaiçaba
81. Itapajé
82. Itapipoca
83. Itapipoca
84. Itarema
85. Itatira
86. Jaguaratama
87. Jaguaribara
88. Jaguaribe
89. Jaguaruana
90. Jardim
91. Jati
92. Jijoca de Jericoacoara
93. Jucás
94. Lavras da Mangabeira
95. Limoeiro do Norte
96. Madalena
97. Maracanaú
98. Maranguape
99. Marco
100. Martinópolis
101. Massapê
102. Mauriti
103. Meruoca
104. Milagres
105. Milhã
106. Miraíma
107. Missão Velha
108. Mombaça
109. Monsenhor Tabosa
110. Morada Nova
111. Moraújo
112. Morrinhos
113. Mucambo
114. Mulungu
115. Nova Olinda



Editoração Casa Civil
CEARÁ
 DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 06 de novembro de 2014

SÉRIE 3 ANO VI N°208

Caderno 1/3

Preço: R\$ 7,00

PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº31.619, 05 de novembro de 2014.

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, AS ÁREAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ AFETADAS PELA SECA – COBRADE: 1.4.2.1.0, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art.88, inciso IV e XIX, da Constituição do Estado, com fundamento na Lei Federal nº12.340, de 1º de dezembro de 2010, na Lei Federal nº12.608, de 10 de abril de 2012, no Decreto Federal nº7.257, de 4 de agosto de 2010, e na Instrução Normativa nº1, de 24 de agosto de 2012, que trata dos procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública; Considerando a continuidade da situação de emergência decorrente do desastre seca declarada através do Decreto Estadual nº31.475, de 08 de maio de 2014, publicado no D.O.E. do dia 09 de maio de 2014; Considerando a irregularidade significativa na quantidade e na distribuição temporal e espacial das chuvas no território do Estado do Ceará ocasionando insuficiência na recarga dos mananciais, que vêm comprometendo o armazenamento de água, causando sérios problemas no abastecimento para o consumo humano e animal desde o ano de 2012; Considerando que a colheita das culturas plantadas nos municípios ficou comprometida devido aos baixos índices pluviométricos, contribuindo para intensificar as dificuldades econômicas e comprometendo o padrão de qualidade de vida da população e que o plantio depende da manutenção dos índices pluviométricos observados no Estado; Considerando competir ao Estado a preservação do bem estar da população, bem como a implementação de atividades socioeconômicas nas regiões atingidas por eventos adversos causadores de desastres, para, em regime de cooperação, combater e minimizar os efeitos das situações emergenciais; Considerando o Parecer Técnico favorável nº03/2014, datado de 29 de outubro de 2014, da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – CEDEC/Corpo de Bombeiros Militar do Ceará – CBMCE; DECRETA:

Art.1º - Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre crônico, gradual e previsível, caracterizada como SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, nos municípios constantes no Anexo Único deste decreto;

Parágrafo Único - Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas dos municípios constantes no Anexo Único deste Decreto, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme Formulário de Informações sobre Desastres – FIDE, integrante do processo de declaração de Situação de Emergência dos referidos municípios.

Art.2º - Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil no âmbito do Estado, para prestar apoio complementar aos municípios atingidos, mediante articulação com todas as setoriais do Governo Estadual, Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – CEDEC e Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – SEDEC.

Art.3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 05 de novembro de 2014.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº31.619, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

MUNICÍPIOS:

1. Abaiara
2. Acarape
3. Acaraú
4. Acopiara
5. Aiuaba
6. Alcântaras
7. Altaneira
8. Alto Santo
9. Amontada
10. Antonina do Norte
11. Apuiarés
12. Aquiraz
13. Aracati
14. Aracoiaba
15. Ararendá
16. Araripe
17. Aratuba
18. Arneiroz
19. Assaré
20. Aurora
21. Baixio
22. Banabuiú
23. Barreira
24. Barro
25. Barroquinha
26. Baturité
27. Beberibe
28. Bela Cruz
29. Boa Viagem
30. Brejo Santo
31. Camocim
32. Campos Sales
33. Canindé
34. Capistrano
35. Caridade
36. Cariré
37. Caririagu
38. Cariús
39. Carnaubal
40. Cascavel
41. Catarina
42. Catunda
43. Caucaia
44. Cedro
45. Chaval
46. Choró
47. Chorozinho
48. Coreaú
49. Cratêus
50. Crato
51. Croata



Editoração Casa Civil
CEARÁ
 DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 26 de junho de 2015

SÉRIE 3 ANO VII N°116

Caderno 1/2

Preço: R\$ 7,00

PODER EXECUTIVO

DECRETO N°31.752, 24 de junho de 2015.

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, AS ÁREAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ AFETADAS PELA SECA – COBRADE: 1.4.2.1.0, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art.88, inciso IV e XIX, da Constituição do Estado, com fundamento na Lei Federal nº12.340, de 1º de dezembro de 2010, na Lei Federal nº12.608, de 10 de abril de 2012, no Decreto Federal nº7.257, de 4 de agosto de 2010, e na Instrução Normativa nº1, de 24 de agosto de 2012, que trata dos procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública; Considerando a continuidade dos efeitos negativos decorrentes do desastre seca, que ensejou a situação de emergência declarada por meio dos Decretos Estaduais nº31.717, de 29 de abril de 2015, e nº31.725, de 21 de maio de 2015, publicados no D.O.E. do dia 30 de abril de 2015 e do dia 22 de maio de 2015, respectivamente; Considerando que, devido ao agravamento do desastre, outros Municípios atenderam aos parâmetros legais para decretação de situação de emergência por seca; Considerando a irregularidade significativa na quantidade das chuvas no território do Estado do Ceará ocasionando insuficiência na recarga dos mananciais, que vem comprometendo o armazenamento de água, causando sérios problemas no abastecimento para o consumo humano e animal desde o ano de 2012; Considerando que a colheita das culturas plantadas em determinadas regiões dos Municípios ficou comprometida, contribuindo para intensificar as dificuldades econômicas e comprometendo o padrão de qualidade de vida da população; Considerando competir ao Estado a preservação do bem estar da população, bem como a implementação de atividades socioeconômicas nas regiões atingidas por eventos adversos causadores de desastres, para, em regime de cooperação, combater e minimizar os efeitos das situações emergenciais; Considerando o Parecer Técnico favorável nº03/2015, datado de 12 de junho de 2015, da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – CEDEC/Corpo de Bombeiros Militar do Ceará – CBMCE; DECRETA:

Art.1º – Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre crônico, gradual e previsível, caracterizada como **SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA**, nos Municípios constantes no Anexo Único deste decreto.

§1º - Ratificam-se as declarações de situação de emergência estabelecidas nos Decretos Estaduais nº31.717, de 29 de abril de 2015, e nº31.725, de 21 de maio de 2015.

§2º - Esta situação de anormalidade é válida para as áreas dos Municípios já homologados pelo Governo do Estado por meio dos Decretos referidos no §1º, assim como os entes constantes no Anexo Único deste Decreto, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme Formulário de Informações sobre Desastres – FIDE, integrante do processo de declaração de Situação de Emergência dos referidos Municípios.

Art.2º - Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil no âmbito do Estado, para prestar apoio complementar aos Municípios atingidos, mediante articulação com todas as setoriais do Governo Estadual. Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – CEDEC e Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil –

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 24 de junho de 2015.

Camilo Sobreira de Santana
 GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Delci Carlos Teixeira
 SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O DECRETO N°31.752, DE 24 DE JUNHO 2015

MUNICÍPIOS:

1. Acopiara
2. Alto Santo
3. Antonina do Norte
4. Aracoiaba
5. Araripe
6. Barreira
7. Barroquinha
8. Bela Cruz
9. Campos Sales
10. Canindé
11. Cariri
12. Carnaubal
13. Cedro
14. Croatá
15. Fortim
16. Graça
17. Guaraciaba do Norte
18. Hidrolândia
19. Icó
20. Independência
21. Itapiúna
22. Jaguaribara
23. Jardim
24. Jati
25. Jucás
26. Madalena
27. Meruoca
28. Milagres
29. Missão Velha
30. Morada Nova
31. Mucambo
32. Nova Russas
33. Ocara
34. Pacujá
35. Palhano
36. Paramoti
37. Pindoretama
38. Potengi
39. Reriutaba
40. Santana do Acaraú
41. São Benedito
42. Senador Pompeu
43. Tarrafas
44. Varjota

<p>Governador CID FERREIRA GOMES Vice - Governador</p> <p>Gabinete do Governador ANTÔNIO LUIZ ABREU DANTAS Gabinete do Vice-Governador</p> <p>Casa Civil ARIALDO DE MELLO PINHO Casa Militar RONALDO MOTA VIANA Procuradoria Geral do Estado FERNANDO ANTÔNIO COSTA DE OLIVEIRA Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado SILVIA HELENA CORREIA VIDAL Conselho Estadual de Educação EDGAR LINHARES LIMA Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico GOTARDO GOMES GURGEL JÚNIOR Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente VIRGINIA ADÉLIA RODRIGUES CARVALHO Secretaria das Cidades CARLO FERRENTINI SAMPAIO Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior RENÉ TEIXEIRA BARREIRA Secretaria da Cultura PAULO DE TARSO BERNARDES MAMEDE Secretaria do Desenvolvimento Agrário JOSÉ NELSON MARTINS DE SOUSA</p>	<p>Secretaria da Educação MAURÍCIO HOLANDA MAIA Secretaria Especial de Grandes Eventos Esportivos FERRUCCIO PETRI FEITOSA Secretaria do Esporte ANTÔNIO GILVAN SILVA PAIVA Secretaria da Fazenda JOÃO MARCOS MAIA Secretaria da Infraestrutura FRANCISCO ADAIL DE CARVALHO FONTENELE Secretaria da Justiça e Cidadania MARIANA LOBO BOTELHO ALBUQUERQUE Secretaria da Pesca e Aquicultura FRANCISCO SALES DE OLIVEIRA Secretaria do Planejamento e Gestão ANTÔNIO EDUARDO DIOGO DE SIQUEIRA FILHO Secretaria dos Recursos Hídricos FRANCISCO RENNYS AGUIAR FROTA Secretaria da Saúde CIRO FERREIRA GOMES Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social SERVILHO SILVA DE PAIVA Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social JOSBERTINI VIRGÍNIO CLEMENTINO Secretaria do Turismo BISMARCK COSTA LIMA PINHEIRO MAIA Defensoria Pública Geral ANDRÉA MARIA ALVES COELHO Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (Respondendo) FREDERICO SÉRGIO LACERDA MALTA</p>
--	--

MUNICÍPIOS:

55. Farias Brito
56. Forquilha
57. Fortim
58. Frecheirinha
59. General Sampaio
60. Graça
61. Granja
62. Granjeiro
63. Groairas
64. Guaiuba
65. Guaraciaba do Norte
66. Hidrolândia
67. Ibaretama
68. Ibiapina
69. Ibicuitinga
70. Icapuí
71. Icó
72. Iguatu
73. Independência
74. Ipaporanga
75. Ipaumirim
76. Ipú
77. Ipueiras
78. Iracema
79. Irauçuba
80. Itaiçaba
81. Itapajé
82. Itapipoca
83. Itapiúna
84. Itarema
85. Itatira
86. Jaguaratama
87. Jaguaribara
88. Jaguaribe

MUNICÍPIOS:

89. Jaguaruana
90. Jardim
91. Jati
92. Jijoca de Jericoacoara
93. Jucás
94. Lavras da Mangabeira
95. Limoeiro do Norte
96. Madalena
97. Maranguape
98. Marco
99. Martinópolis
100. Massapê
101. Mauriti
102. Meruoca
103. Milagres
104. Milhã
105. Miraíma
106. Missão Velha
107. Mombaça
108. Monsenhor Tabosa
109. Morada Nova
110. Moraújo
111. Morrinhos
112. Mucambo
113. Mulungu
114. Nova Olinda
115. Nova Russas
116. Novo Oriente
117. Ocara
118. Orós
119. Pacajus
120. Pacatuba
121. Pacoti
122. Pacujá

